

A DINÂMICA RELACIONAL FRATERNA

GISELE PRUDENTE DE OLIVEIRA CORRÊA

Orientadora: Denise Franco Duque

2012

FAMILIARE INSTITUTO SISTÊMICO

A DINÂMICA RELACIONAL FRATERNA

**Trabalho apresentado ao Familiare Instituto
Sistêmico como requisito parcial para a
conclusão do Curso de Especialização em
Terapia Relacional Sistêmica.**

GISELE PRUDENTE DE OLIVEIRA CORRÊA

Orientadora: Denise Franco Duque

2012

“Eu agora sei bem que os melhores brinquedos são os irmãos. Brinquedos vivos, que dão e recebem, que nos fazem crescer e crescem também pelas nossas mãos. Que se transformam depois em grandes amigos para toda a vida, em companhia sempre presente de uma maneira ou de outra, em refúgio e estímulo. Em algo que fica quando se perde tudo aquilo a que nos conduziu a nossa loucura, quando se perde o que o tempo nos vai levando”

(Paulo Geraldo)

AGRADECIMENTOS

À minha família pelo suporte, amor e paciência oferecidos...

*À minha mãe **Miriam**, essencial pelo seu belíssimo exemplo de mãe e mulher;*

*Ao meu pai **Carlos**, pela garra e coragem em enfrentar novos desafios;*

Aos meus queridos irmãos que, sem dúvida, foram os reais incentivadores para a realização deste trabalho:

*Meu irmão gêmeo **Marcos**, pelo extremo companheirismo dedicado a mim por todos esses anos;*

*Minha irmã **Thaís**, pela desenvoltura e criatividade tão singelas e pelo incentivo e força sempre oferecidos;*

*À minha doce sobrinha **Luísa**, pela sua meiguice e por me fazer entender, pelo menos em parte, as particularidades de ser uma filha única;*

*Ao meu amado noivo **Heitor**, pelo amor incondicional, pela preocupação e por todas as palavras carinhosas;*

*À minha professora e orientadora desta monografia **Denise**, pela seriedade e competência ao administrar o seu trabalho e pelas suas riquíssimas aulas sobre a fratria, que despertaram ainda mais meu interesse sobre esse tema tão fascinante!*

SUMÁRIO

RESUMO	5
ABSTRACT	6
INTRODUÇÃO	7
OBJETIVOS	10
Objetivo Geral	10
Objetivos Específicos	10
MÉTODO	11
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	12
A formação e função da fratria	15
Rivalidade entre irmãos	26
A relação fraterna e o desenvolvimento humano	35
Infância	35
Adolescência	37
Aduldez	39
A posição na fratria	43
O primogênito	43
O segundo filho	44
O filho mais novo	45
O filho único	46
Os filhos gêmeos	47
Situações especiais	47
DISCUSSÃO	49
CONSIDERAÇÕES FINAIS	50
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

RESUMO

O presente trabalho consiste em uma pesquisa bibliográfica cujo tema escolhido foi a dinâmica relacional fraterna. Com base na abordagem sistêmica, que possibilita a ampliação da compreensão sobre os sistemas humanos, destaca-se a formação e função do grupo de irmãos no contexto familiar e suas implicações no convívio em sociedade, bem como a transformação da relação fraterna no curso do desenvolvimento humano. Considerou-se também, algumas contribuições do enfoque psicanalítico sobre o tema para a pesquisa. Trata-se de um estudo exploratório de cunho bibliográfico sob a perspectiva de diversos autores que visou, sobretudo, explorar e caracterizar a importância do irmão na constituição do indivíduo, bem como em seus relacionamentos posteriores. Foram examinadas as seguintes fontes: livros, artigos científicos, teses e monografias. Embora o número de estudos empíricos acerca do assunto tenha aumentado nos últimos tempos, a literatura ainda é escassa, especialmente no Brasil e, em geral, focaliza-se na relação da criança com os progenitores e com os pares. Como conclusão deste trabalho, observou-se que a família costuma promover a primeira experiência em grupo e os irmãos serão muito importantes uns para os outros, já que pela percepção de suas diferenças e semelhanças poderão se perceber como sujeitos e experimentar sentimentos como ciúme, inveja e também o amor. Podem formar ainda, uma forte rede de apoio no momento em que não podem mais contar com seus pais. O relacionamento fraterno tende a mudar ao longo do tempo com relação a sua intensidade e qualidade, sendo que pode ser determinado, dentre outros fatores, pelo contexto familiar em que está inserido.

Palavras-chave: Família; Irmãos; Relacionamento fraterno.

ABSTRACT

This work represents a bibliographic research whose theme was the fraternal relationship dynamics . On the basis of the systemic approach, which makes it possible to expand the understanding of the human systems, stands out the formation and function of the group of brothers in the family context and its implications in the act of living together in society, as well as the transformation of fraternal relationship in the course of human development . It was also considered some contributions from a psychoanalytic perspective of the theme for the research. It is an exploratory and bibliographic study, under the perspective of various authors, which aimed, above all, explore and characterize the importance of the brother figure in the constitution of the individual, as well as in his future relationships. The following sources were used as references: books, scientific articles, theses and monographs. Although the number of empirical studies on the subject has increased in recent times, the literature is still scarce, especially in Brazil and, in general, focuses on child's relationship with the parents and with its peers. As a conclusion of this work, it was observed that the family usually promote the first group experience and that the brothers will be very important to each other, since, by the perception of their differences and similarities, they may perceive themselves as individuals and experience feelings such as jealousy, envy and love. They can also form a strong network of support at the time that they can no longer count on their parents. The fraternal relationship tends to change over time in relation to its intensity and quality, and can be determined, among other factors, by the family context in which it is inserted.

Keywords: Family, brothers, fraternal relationship.

INTRODUÇÃO

Andolfi et al. (1984), sob à luz da teoria sistêmica, entendem a família como um sistema ativo, em constante transformação, que muda com o decorrer do tempo a fim de garantir a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros. Esse processo de continuidade e crescimento possibilita o desenvolvimento da família como unidade, sendo que permite também a diferenciação de seus membros. O conceito de diferenciação, segundo Andolfi et al. (1984), caracteriza-se pela auto-expressão do indivíduo, que é membro de um grupo familiar e deve diferenciar-se do mesmo, progressivamente, a fim de atingir sua autonomia individual. O autor, ao citar Menghi (1977), coloca que para alcançar a diferenciação, ou seja, para encontrar o espaço pessoal e a própria identidade, cada pessoa irá crescer e se definir através de trocas com outras pessoas.

Segundo Minuchin (1982), a família tem como funções atuais a proteção psicossocial de seus membros, a socialização e a transmissão da cultura da qual faz parte, sendo que essas funções são suscetíveis às mudanças sociais de cada época histórica. Desse modo, nessa perspectiva, a família deve ser vista em seu contexto social, uma vez que sem o mesmo, qualquer análise de sua dinâmica emocional poderá ser errônea ou incompleta. A família é o ambiente onde acontece o desenvolvimento da personalidade da criança (Souza, 1989). As personalidades e as interações dos pais, assim como as transações familiares como um todo, podem exercer forte influência no desenvolvimento da criança e no que a mesma se tornará quando adulta. Nesse sentido, a existência de uma família, bem como a permanência de uma atmosfera familiar, defende Silveira (1998), podem sofrer consequências do relacionamento entre os pais, que levam para a relação conjugal suas próprias histórias de vida. Cada um deles traz seus sonhos e fantasias dentro de sua maturidade sócio-emocional, em relação a eles próprios e aos filhos, ou o abandono dos sonhos e fantasias uma vez construídos.

Dessa forma, segundo Silveira (1998), as realizações, as perdas, as habilidades e as dificuldades para a resolução de conflitos, assim como as possibilidades de crescimento pessoal e familiar, frutos das novas relações entre gêneros e com os filhos, se farão presentes na história familiar. O filho, afirma Souza (1989), não deve contar apenas com suas características inatas para adquirir uma personalidade amadurecida. Necessita também, de direção e orientação positivas em um ambiente interpessoal e em um sistema social adequados.

De acordo com Minuchin (1982), um dos meios principais de acesso à estrutura e à dinâmica da família ocorre pela análise dos subsistemas familiares. Um indivíduo pode participar de diferentes subsistemas nos quais possuirá diferentes níveis de poder, aprenderá diferentes habilidades e manterá diferentes relações complementares. Cada subsistema familiar, assim, formula e realiza funções e demandas específicas de cada um de seus integrantes, sendo que o desenvolvimento das competências pessoais adquiridas em cada um desses subsistemas depende do grau de autonomia alcançado pelos mesmos. Pela teoria familiar sistêmica, as características dos membros individuais da família, ou a própria dinâmica dos subsistemas familiares, contribui para as atitudes e interações entre os irmãos (BRODY, 1998, apud PEREIRA, 2011). Portanto, segundo Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), os irmãos formarão um subgrupo dentro da família, chamado de subsistema fraterno. O relacionamento entre os irmãos contribui de maneira significativa tanto para a harmonia familiar, como para a desarmonia, sendo que esse conjunto de vivências serve como um laboratório para as relações sociais experimentadas fora do ambiente familiar.

Seguindo esse enfoque, Souza (1989), ao discorrer sobre subsistemas, afirma que no interior de uma família nuclear intacta depara-se com os subsistemas dos pais, do marido e da mulher, dos filhos e dos irmãos, sendo que cada um desses subgrupos possui tarefas peculiares. Os cônjuges devem funcionar juntos para tomar decisões, preencher necessidades de interdependência sexual e tantas outras necessidades comuns a um casal. Ao subgrupo composto pelos pais, juntos ou por meio de um relacionamento individual com cada um dos filhos, cabem ensinar cuidados físicos, relações familiares; como desenvolvimento de amor, respeito à individualidade, solidariedade, desenvolvimento das características psicológicas de cada sexo, bem como reflexões sobre sentimentos como a inveja e o ciúme. Os pais precisam também, ensinar atividades produtivas e recreativas, esclarecer sobre o desenvolvimento profissional e a maneira de construir uma nova família. O subsistema dos filhos, por sua vez, engloba o apoio mútuo e o brincar e o competir entre irmãos. Ao darem início à alfabetização, os filhos podem começar a transmitir aos pais conteúdos aprendidos na escola.

A chegada do irmão, para Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), caracteriza-se pela chegada do “estrangeiro” (p. 295), que com sua presença perturba o equilíbrio formado. Introduz-se, com ele, a noção de mudança, a de paridade. Com o nascimento do segundo filho, iniciarão partilhas, negociações e julgamentos. O filho mais velho, por sua vez, precisará reorganizar seu espaço, bem como sua forma de pensar, levando em conta a existência do irmão mais novo. Precisar, ainda, conforme Walz e Rich (1983), apud Pereira e

Piccinini (2007), ter de lidar com a nova situação de passar do papel de filho único para o de irmão mais velho.

De acordo com Pereira (2011), o início do interesse pelo estudo do relacionamento entre os irmãos estaria ligado à expansão da teoria familiar sistêmica, haja vista os esforços de designar a família como um sistema de indivíduos em interação na década de oitenta, que acabaram por incluir o relacionamento fraterno como parte importante do sistema familiar. A compreensão do relacionamento fraterno é necessariamente complexa, segundo a autora, ao citar McHale e Crouter (1996), uma vez que engloba relacionamentos que: incluem múltiplas dimensões (afeto, conflito e envolvimento), são vividos por duas crianças de modo potencialmente diferentes, conectam-se a diferentes elementos da dinâmica da família (relacionamento conjugal, parental), operam de modo diferente, em diferentes contextos familiares e mudam de modo contínuo de acordo com o amadurecimento das crianças. O relacionamento fraterno, desse modo, desenvolve-se no decorrer do tempo, coloca Pereira (2011), sofrendo mudanças adaptativas nos primeiros anos posteriores ao nascimento do segundo filho, respeitando a interação das características individuais das crianças com a qualidade dos outros subsistemas da família envolvidos, ressaltando a importância do subsistema parental. Esse relacionamento, em geral, forma-se e se fortalece na infância, mostra o ápice dos conflitos e transformações durante a adolescência e pode se reequilibrar na idade adulta e na velhice, ao apresentar uma nova forma de manutenção da relação (GOLDSMID E FÉRES-CARNEIRO, 2007).

Considerando-se a relevância do tema relacionamento fraterno, este trabalho torna-se de fundamental importância para a prática dos terapeutas de família, bem como para todos os diversos profissionais que se interessam em trabalhar com famílias, visto que tem como principal objetivo proporcionar uma maior compreensão das diversas características que descrevem e explicam o “universo dos irmãos”, bem como suas implicações em outros contextos sociais. Apresenta-se uma revisão da literatura sobre a dinâmica da relação fraterna pela teoria sistêmica e algumas pontuações da Psicanálise, focalizando os aspectos de formação e função da fratria, a rivalidade nas suas interações, as transformações que ocorrem nas suas características no decorrer do ciclo de vida e, por fim, as implicações da posição do indivíduo na fratria sobre seu desenvolvimento.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

Compreender a dinâmica relacional fraterna e suas características

Objetivos Específicos

-Descrever a formação e a função da fratria na estruturação da família e na constituição pessoal;

-Investigar a rivalidade entre irmãos;

-Caracterizar a relação fraterna em cada fase do desenvolvimento humano;

-Investigar as implicações da posição na fratria sobre o desenvolvimento dos indivíduos.

MÉTODO

Para o desenvolvimento desta monografia sobre a dinâmica das relações fraternas, optou-se por um estudo teórico que contemplasse o tema, tendo o pensamento sistêmico como epistemologia principal. Realizou-se uma pesquisa bibliográfica e o levantamento de autores entre os anos de 1982 a 2011. O material utilizado para essa revisão da literatura consta de livros, artigos científicos, monografias e teses, a fim de possibilitar uma aproximação e esclarecimento sobre o assunto referido.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Na contramão dos séculos anteriores, de acordo com Rivoredo (1995), o século XXI evidencia uma diminuição da fecundidade. Já que as condições sociais mudaram para melhor, o número de filhos deveria aumentar. As mentalidades da individualização e da retração familiar podem explicar o fato disso não ter acontecido, pois resultam na diminuição do número de seus integrantes. As pressões da realidade não se limitam às de coro econômico, sendo um exemplo o medo do parto e da gestação. O mito do amor materno nos dias de hoje, como a constante presença, ternura, docilidade e compreensão, que são atributos qualificados como inerentes à mãe, para Rivoredo (1995), depara-se com as pressões da realidade, como o trabalho fora do espaço doméstico. As mulheres já não têm a possibilidade de cuidar de seus filhos como outrora faziam, já que têm muitas coisas para fazer e aprender. Os homens, por sua vez, precisam cuidar de seus bebês e dividir assuntos e tarefas domésticas, antes por eles rejeitados.

De acordo com Maldonado (2005), o pós-parto exerce, assim como a gravidez, um grande impacto no marido, que pode adotar duas posições: participar de forma ativa ao dividir com sua mulher a responsabilidade dos cuidados com o bebê e ao fornecer apoio e encorajamento, ou se sentir marginalizado e sobrando na díade mãe-bebê, que constituem sentimentos que tendem a se agravar com a abstinência sexual e o envolvimento da mulher com o bebê. O marido pode emitir comportamentos de fuga como trabalhar em demasia ou manter relações extraconjugais. Em casos que existem outros filhos, podem aparecer sentimentos nos mesmos como: ciúme, traição e abandono, além de sintomas regressivos acentuados pela ausência da mãe. Muitas mulheres sentem-se desapontadas com seus maridos ou companheiros, uma vez que acreditam não estarem recebendo o apoio e o carinho que era esperado, ou quando os sentem indiferentes ao bebê. Esse fato pode ser explicado pela diferença que existe entre os dois, já que a mulher é a fonte geradora, sente as mudanças corporais e fisiológicas, os movimentos do bebê e estabelece o vínculo no decorrer da gestação, ao passo que o pai costuma ficar como um espectador e percebe seu filho como um rival em certos momentos, centro de todas as atenções de sua mulher. Assim, Souza (1989) coloca que o homem pode se sentir deixado de lado e, muitas vezes, afastado do convívio familiar, procurando outras formas de satisfação.

A redefinição da relação, no seio do casal, é um desafio maior, que exige uma renegociação -muitas vezes implícita- do espaço vivido por cada um. Os pais devem negociar entre si, com o recém-nascido, com os membros da família extensa, com os amigos. A chegada da primeira criança impõe novas “regras de vida”. Esta

elaboração de regras educativas deve levar em consideração a “bagagem” que, em função de suas experiências anteriores e dos hábitos adquiridos em sua família de origem, cada um dos genitores traz [...] (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000 p. 23).

Em virtude desses fatores apontados, Maldonado (2005) lembra que o pai também precisa de apoio, carinho e atenção frente à nova situação que se configura diante de seus olhos, a fim de possibilitar um acolhimento para seu filho que irá chegar e, fornecer também o suporte essencial para sua companheira. Souza (1989) pontua que é importante a mãe fornecer espaço ao pai, para o mesmo conseguir entrar bem cedo na vida do filho, auxiliando nos seus cuidados, fornecendo carinho e atenção. É provável que assim consiga retomar seu relacionamento com a mulher de forma satisfatória e com boa aceitação do filho.

As interações e os atos invisíveis e às vezes inconscientes dos pais modelam a personalidade de uma criança. O que o bebê vê e o que ouve, a maneira como toca ou fala, os gestos do seu pai quando lhe troca as fraldas, o olhar da mãe quando amamenta... essas são as coisas que importam. Está claro que cobrir as necessidades físicas do bebê é essencial, mas satisfazer as do tipo emocional, intelectual, moral e espiritual é também básico [...] (VERNY; WEINTRAUB, 2004).

A formação da personalidade do ser humano, observa Souza (1989), além das características herdadas geneticamente, centra-se na identificação. Dessa forma, a educação dos filhos depende muito mais dos modelos de identificação e das vivências no contexto familiar, do que nas invenções institucionais ou nos modelos pedagógicos. Pela compreensão familiar sistêmica, defende Pereira (2011), o relacionamento fraterno, por sua vez, pode ser entendido como imerso no contexto social familiar, sendo influenciado direta e indiretamente, pelos outros relacionamentos em andamento, em particular o relacionamento parental.

A família é o primeiro sistema social que as crianças conhecem. Neste núcleo adquirem, naturalmente, imagem dos papéis básicos que cada um desempenha na sociedade: de pais e de filhos, de menina e de menino, de homem e de mulher, de marido e de esposa... Estes modelos são definitivamente importantes na formação da personalidade (SOUZA, 1989 p. 7).

Como falado anteriormente, na hierarquia familiar, os irmãos fazem parte do mesmo subsistema, o subsistema fraterno ou fratria. Esse relacionamento torna-se, segundo Oliveira (2006), o único relacionamento íntimo e constante com iguais e se constitui no mais longo da vida dos indivíduos. Desse modo, caracteriza-se por ser uma relação rica e complexa, que engloba experiências comuns que tão somente poderiam ser compartilhadas entre irmãos.

Andolfi et al. (1984), defendem que a mudança nas funções de um integrante do sistema produz mudança simultânea nas funções complementares dos outros, sendo que configura tanto o processo de crescimento do indivíduo, como a reorganização contínua do sistema familiar pelo seu ciclo de vida. Nesse sentido, a fratria pode ser entendida como um

conjunto de vasos comunicantes, postula Meynckens-Fourez (2000), uma vez que o comportamento de um membro da família torna-se um estímulo para os demais, o que gera uma resposta e que se torna um novo estímulo. Ou seja, o movimento de um tem repercussões sobre o outro, pois exerce influência na sua resposta.

Pode-se definir irmãos, de acordo com Oliveira (2006), como aqueles nascidos dos mesmos pais e que, assim, dividem 50% dos genes em média. Contudo, tendo em vista o aumento crescente de famílias com variados tipos de configurações, muitos irmãos não se encaixam nesse padrão. São eles: o meio-irmão, aqueles que possuem apenas um pai biológico em comum; os irmãos do recasamento, aqueles que não possuem pais biológicos em comum, que são unidos pelo pai biológico de um e a mãe biológica do outro; os irmãos adotivos aquele que recebe o *status* de irmão pela adoção legal do indivíduo pela família; e por fim, os irmãos por afinidade, aqueles que não são membros da família, porém são aceitos como tais, com base no sentimento e na afetividade. Alfred Adler é visto como pioneiro no estudo das relações fraternas e a definir como primeiro “microcosmo social” (p. 16) a constelação fraterna, já que defende que a mesma prepara para os relacionamentos futuros e auxilia no desenvolvimento das habilidades cooperativas (ADLER 1954, apud PEREIRA, 2011). Foi esse autor também que, a partir da ordem de nascimento, do sexo e do número de irmãos, caracterizou a personalidade correspondente a cada uma das posições fraternas principais. A função fraterna, por sua vez, começou a ser estudada por volta do ano 2000, aproximadamente, por alguns autores da contemporaneidade (GOLDSMID E FÉRES-CARNEIRO, 2007).

A formação e função da fratria

Constata-se que o relacionamento fraterno inicia no momento em que um irmão se torna consciente da existência do outro, o que normalmente acontece com o nascimento, quando o irmão mais velho tem com seu irmão mais novo o primeiro contato. Assim, o nascimento de um novo irmão, de acordo com Oliveira (2006), é percebido como um período de muitas transformações na família trazendo tanto sentimentos positivos, quanto negativos para aquele que recebe o irmão. Dessa forma, com a chegada do novo bebê, a rotina da família e os relacionamentos, segundo Dunn e Kendrick (1982); Trause e Irvin (1992), apud Pereira (2011), podem tomar proporções inesperadas, já que as relações com os progenitores tendem a se alterar e o primogênito pode se ver frente a um indivíduo que não disputa somente a atenção de seus pais, como também não se encontra preparado e sensível para poder responder às suas demandas de interação. “O nascimento do segundo filho inaugura a fratria e dá origem ao conflito intrageracional [...]” (GOLDSMID E FÉRES-CARNEIRO, 2007, p. 293).

Tal fato, defende Oliveira (2006), pode configurar um choque e demandar um período de difícil adaptação precisando, assim, de diferentes recursos e estratégias psicológicas por parte do mesmo, que agora recebe o *status* de irmão mais velho. Essa complexa rede de vivências começa com a notícia da gravidez e o primogênito, que era filho único, pode experimentar sentimentos de ambivalência, como dito anteriormente, tanto em relação aos pais, como em relação ao irmão. Nesse sentido, o período gestacional pode servir como um organizador da qualidade afetiva da relação entre os irmãos nos primeiros anos (PEREIRA, 2011). Ao chegar um irmão, a criança se vê obrigada a renunciar a posição privilegiada junto à figura materna, tornando, desse modo, mais fácil a diferenciação do que de fato é real e o que é imaginário, defendem Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), quando mencionam Jaitin (2001), e garantindo a mediação e o intercâmbio entre a realidade psíquica e a realidade grupal em seus integrantes familiares, culturais e sociais. Desse modo, conclui-se que se o irmão garante essa mediação e intercâmbio, consegue-se caracterizar o vínculo fraterno como constitutivo do aparelho psíquico.

Quando se fala de irmãos, para Meynckens-Fourez (2000), fala-se de indivíduos que são levados a viver juntos, uma vez que não se escolheram, não optaram por se encontrar na mesma família e, mesmo quando se afastam, não conseguem se “divorciar”.

[...]Não escolhemos nossos irmãos, eles nos são impostos por nossos pais, mas com eles compartilhamos a nossa história de vida, nossas experiências, vivências e

lembranças por mais tempo do que provavelmente com qualquer outra pessoa. Ser e ter um (a) irmão(ã) vai-se constituir numa das três contingências vitalícias, pois assim como não há ex-pais nem ex-filhos, não existem ex-irmãos (GOLDSMID E FÉRES-CARNEIRO, 2007, p. 293).

Para se tornar um irmão, segundo Oliveira (2006), faz-se necessária uma reorganização presente e futura. Podem aparecer comportamentos regressivos, ciúmes e rivalidade. Além disso, o fato de se tornar irmão pode destruir temporariamente a confiança e segurança do primogênito, que começa a pedir mais atenção e apoio dos progenitores (PEREIRA, 2011). Dessa forma, para a aquisição do papel de irmão, Mendelson (1990), citada por Pereira (2011), coloca que existem quatro fases, são elas: a fase antecipatória, que corresponde ao período de gestação materna e se caracteriza pela adaptação social e psicológica da criança para a transição; a fase formal, iniciada pelo nascimento do irmão, sendo que se designa pela adaptação da criança ao papel de irmão mais velho; a fase informal, que se configura pelo desenvolvimento próprio da criança da capacidade de lidar com o papel de irmão considerando seus interesses e capacidades; e a fase pessoal, marcada pela aceitação do irmão como o bebê da casa. Porém, os irmãos, em grande parte das vezes, de acordo com Oliveira (2006), gostam e aparentam disponibilidade para cuidar do irmão recém-nascido. Ao preparar a chegada do irmão, a adaptação costuma se tornar mais fácil. Em relação à diminuição nas interações da mãe com o primogênito, o pai pode desempenhar, segundo Dessen (1997), apud Pereira e Piccinini (2007), um importante papel na busca pelo equilíbrio do sistema ao suprir as deficiências vividas no relacionamento da mãe com o mesmo. A principal tarefa familiar de adaptação ao nascimento do segundo filho seria a distribuição da atenção entre os filhos, sendo que o pai aparece como fundamental nesse processo. Tendo como foco o sistema familiar como um todo, Pereira (2011), ao citar Kreppner et al. (1982), observa que dois anos seria o tempo normalmente necessário para que a família possa se reorganizar, bem como estabelecer novas identificações, papéis e funções no seu interior, mais adaptados ao seu novo funcionamento.

Da mesma forma que afirma que a mãe se constitui em primeiro objeto intermediário entre a criança e o mundo (entre o eu e o não-eu), Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), ao citarem Jaitin (2001), relatam que os irmãos, como sujeitos reais, aparecem como os primeiros brinquedos e instrumentos de apropriação ou de utilização da realidade. O vínculo fraterno, desse modo, pode se constituir como primeiro objeto lúdico. Oliveira (2006) afirma que esse vínculo pode se caracterizar por um dos mais duradouros, já que começa na infância e permanece no decorrer da vida, além de possuir um poder emocional que molda a história

de quem somos nós e de quem nós nos tornamos. A construção psíquica comum aos integrantes da fratria, segundo Jaitin (2001), apud Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), caracteriza o vínculo fraterno, sendo que lhes possibilita diferenciar-se como subgrupo dentro do grupo familiar. Os irmãos constituem diversos tipos de vínculos um com o outro (OLIVEIRA, 2006). Assim, não existe uma única forma de relacionamento entre irmãos, e sim uma multiplicidade de vínculos que se organizam entre si em diferentes padrões de relacionamento. Esse fato ocorre, pois a relação fraterna configura diferentes transações emocionais, que podem ser amigáveis e positivas, ou destrutivas e negativas. Dessa forma, torna-se importante para Benghozi e Féres-Carneiro (2001), apud Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), diferenciar laço fraterno de relação fraterna. O laço fraterno define-se pelo partilhar do mesmo laço de filiação, no caso ser irmão e irmã em uma mesma família. Já a relação fraterna não pode ser definida da mesma maneira, visto que poderá ser caracterizada pela proximidade ou distância entre os irmãos, pela ausência ou não de conflitos e pela existência ou não de afeto entre os mesmos. Viorst (2005), ao citar o psicólogo Victor Cicirelli, define o elo fraterno como uma união sem igual nos relacionamentos humanos, devido a sua duração, seu igualitarismo e a divisão de uma mesma herança.

Os filhos, segundo Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), quando citam Ruffo, (2003), relembram as lembranças boas e más dos pais, visto que cada um dos pais possui as suas lembranças de conteúdos variados. O casal possui suas próprias vivências como membros integrantes de uma fratria e, dessa forma, gera expectativas em relação ao novo filho e também ao desenvolvimento da relação dele com o filho mais velho. Desse modo, os pais podem projetar nos filhos os fantasmas da sua relação com seus próprios irmãos na infância, ou as fantasias que elaboravam em relação a um irmão imaginário, no caso de terem sido filhos únicos. A futura mãe, quando descobre que espera uma menina, pode desejar ou temer que ela seja parecida com sua irmã; o futuro pai, se for filho único, pode projetar no filho as histórias construídas sobre um irmão imaginário. Seguindo esse aspecto, Meynckens-Fourez (2000) coloca que as relações fraternas relembram aquela dos pais com seus irmãos e irmãs de suas famílias de origem, sendo que isso será refletido tanto na relação do subsistema parental, como também no conjugal. Uma vez que já haviam assumido o papel de pais no momento do nascimento do primeiro filho, o casal, para Walz e Rich (1983), apud Pereira e Piccinini (2007), precisará diferenciá-lo e especificá-lo segundo cada uma das crianças, assumindo o papel de pais de dois filhos.

Em sua família, segundo Meynckens-Fourez (2000), a criança se depara com a existência de uma microssociedade que a leva a respeitar as interdições do homicídio e do incesto. Dentro dessa fratria, ela aprende a se localizar em relação aos seus pares, a vivenciar experiências de rivalidade, a lidar com sua agressividade e, além disso, a descobrir a cumplicidade. Nesse sentido, pontua Oliveira (2006), um irmão exerce grande impacto sobre o outro; que ocorre pela mútua socialização, pelo comportamento de ajuda, pelas atividades e tarefas de cooperação, pelo companheirismo e, também, pelos comportamentos negativos, agressivos e pelos conflitos. “[...] As relações fraternas preenchem no mínimo três funções: uma função de afeição, de tranquilidade, de recurso; uma função de substituto parental; uma função de aprendizagem dos papéis sociais e cognitivos [...]” (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000 p. 53).

A função fraterna, discorrem Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), ao citar Losso (2001), caracteriza-se por ser de ajuda recíproca, de assistência em nível de igualdade, de colaboração, de defesa dos direitos das gerações e de fornecimento de modelos de identificação dentro da fratria que, como fazem parte da mesma geração, configuram-se como modelos de identificação diferentes do dos pais. Os desafios da relação com o adulto são diferentes, de acordo com Meynckens-Fourez (2000), visto que os irmãos e irmãs trocam seus segredos de uma maneira mais fácil, sem temor do veredicto parental. Além disso, por conter menos conotação moral ou angústia, o conselho vindo de um irmão pode ter mais chance de ser ouvido.

As relações fraternas, graças não somente às experiências comuns, mas também às ocasiões de pedidos de opinião, de conselhos, que são feitos sem temor de culpabilidade, permitem, igualmente, uma regulação mútua. Juntos eles trocam segredos que não desejam dividir com os pais. Mas, se alguém vai “dedurar”, é a guerra dentro da fratria. Ser guardião dos segredos reforça evidentemente o vínculo de lealdade. Irmãos e irmãs oferecem-se seus serviços. Eles podem servir de tampões e constituir um verdadeiro laboratório para aprender a arte da negociação e do regateio (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000 p. 52).

A esse respeito, a relação fraterna possibilita ainda, conforme Oliveira (2006), o aprendizado da disputa, da admiração, da inveja, da negociação, da cooperação, da imitação, da oportunidade de se comparar e de se diferenciar, do amar, do dominar, do ceder, ou seja, oportuniza o aprendizado de uma vasta série de sentimentos e habilidades através das trocas realizadas e começa a moldar as características individuais. Em suma, torna-se um verdadeiro laboratório para as posteriores relações em sociedade ao longo da vida. Nessa direção, Herrera e Dunn (1997), apud Pereira (2011), afirmam que a exposição a habilidades de argumentação sofisticadas e a negociação construtiva no relacionamento entre irmãos, pode tornar a criança

apta a aprender a discutir eficazmente em outros relacionamentos sociais com seus amigos e colegas. Além disso, por meio do jogo, define Losso (2001), citado por Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), pode-se também elaborar a angústia e desenvolver a criatividade, além da descarga moderada da agressividade. O fato de desempenhar essas funções, com o desenvolvimento consequente de representações vinculares conscientes e inconscientes, pode acarretar na facilitação do estabelecimento de relações “suficientemente boas” (p. 302) com os pares na vida adulta. Brody (1998), citado por Pereira (2011), já havia ressaltado, no final da década de noventa, a importância do sistema fraterno, haja vista o aumento do número de famílias em que os dois progenitores se ausentavam para trabalhar durante tempo integral e os irmãos mais velhos acabavam precisando cuidar dos menores. Sendo que dentro desse contexto, as disputas e a rivalidade na relação da fratria poderiam inviabilizar os cuidados pró-sociais e responsivos que as crianças mais novas deveriam receber.

No momento em que a criança encontra ou vivencia segurança e conforto na presença da figura de apego, forma um apego seguro, bem como um modelo interno de funcionamento, ou uma representação mental da figura de apego como responsiva e disponível, afirma Oliveira (2006), ao mencionar Bowlby (1990). A mãe e a criança possuem predisposições hereditárias, que fazem iniciar as interações entre elas, mantendo o comportamento de cuidado da mãe e o comportamento de apego da criança para com a mãe. Mesmo sendo em geral o vínculo mais forte, o apego não se restringe somente à mãe, visto que múltiplos apegos a outras figuras responsivas e protetoras para com a criança conseguem se desenvolver, como no caso do irmão. A função fraterna, entretanto, defendem Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), não é exclusiva dos irmãos. Um pai, por exemplo, pode exercer a função fraterna com seu filho quando brincam e jogam, pois estão em situação de paridade nesse momento. Os primos e amigos, podem também estabelecer modelos intersubjetivos com características de vínculo fraterno, ao exercerem uma função fraterna. Esses fatos assumem uma maior importância em se tratando de filhos únicos.

Observa-se que o conceito de triangulação, que foi fornecido por Andolfi (1984), se refere a um sistema inter-relacional entre três pessoas, que envolve sempre uma díade e um terceiro, que será convocado a participar quando o nível de ansiedade e desconforto aumentar entre as duas pessoas. Uma delas buscará, assim, uma terceira para aliviar a tensão. Essa trama tem como objetivo evitar ou negar um conflito de acordo com Meynckens-Fourez (2000), para proteção do sistema e para se reencontrar uma unidade em torno do terceiro elemento, que passa a apresentar dificuldades por justamente ter que absorver a tensão e

desviar o foco do que realmente precisaria ser enfrentado. Para Oliveira (2006), a triangulação é um padrão frequente na dinâmica familiar e, portanto, comum no subsistema fraterno, sendo que pode ser entendida como um aspecto positivo ou negativo dentro da fratria. O aspecto positivo constatado é que em uma tríade cada componente pode assumir a função de modelo na contenção e mediação de tensões, do mesmo modo que a presença do terceiro auxilia a construção, a manutenção e a evolução da ligação fraterna, visto que possibilita o suporte ao desenvolvimento e à integração de sentimentos recíprocos. Constata-se ainda, que os triângulos no interior de uma fratria são cambiantes e transformam-se durante o desenvolvimento dos irmãos, caracterizando uma experiência integradora na fratria. O aspecto negativo mostra-se quando a triangulação não é constituída por interesses em comum, e sim construída por uma coalizão, em que duas pessoas se unem e excluem um terceiro, deflagrando muitas tensões e conflitos no sistema familiar. Além disso, dois irmãos podem formar triângulos com uma figura parental como terceiro integrante (OLIVEIRA, 2006). A aliança, por sua vez, é uma forma de relacionamento em que dois membros se unem para alcançar um objetivo comum. Verifica-se também, de maneira recorrente, a formação da mesma no subsistema fraterno. Os irmãos tendem a se organizar em pares significativos emocionalmente, que podem criar tanto relacionamentos positivos como negativos. Cada irmão parece ganhar mais dor ou mais prazer de um determinado irmão, dentre os outros (OLIVEIRA, 2006). A busca da identidade pessoal é o que faz com que os irmãos usem o outro como objeto de comparação e identificação e à formação das alianças.

Toman (1978), apud Carter e McGoldrick (1995), possibilita um entendimento da compatibilidade dos pais com seus filhos, como por exemplo, um progenitor que pode se identificar com o filho que possui a mesma posição na fratria, além de outros fatores como os filhos que simbolizam determinados membros da família supervalorizados ou subvalorizados e não somente eles mesmos. Alguns filhos, sugere Meynckens-Fourez (2000), têm mais afinidades e interesses em comum com um dos pais. Já outros, podem reagir de forma oposta ao progenitor. Um dos pais pode também, reconhecer-se em determinado filho e ter mais dificuldade em aceitá-lo.

Os irmãos costumam se colocar, uns aos outros, como objetos de brincadeiras e especulações sexuais. O fato de ter um irmão de sexo diferente pode contribuir para o desenvolvimento da própria sexualidade, uma vez que possibilita a descoberta da diferença sexual de uma maneira mais natural (GOLDSMID E FÉRES-CARNEIRO 2007). Em relação à construção do conceito de gênero, Meynckens-Fourez (2000) observa que o sexo das

crianças dentro da fratria exerce forte influência nos hábitos relacionais da mesma. As fratrias que se compõem somente por irmãos, ou somente por irmãs, desenvolvem características mais femininas ou mais masculinas. Endossando essas ideias, Berndt e Bulleit (1985), apud Pereira (2011), destacam que as meninas que crescem sem um irmão do sexo masculino em casa acabam em desvantagem em relação aos colegas, visto que deixam de aprender algumas habilidades para o jogo tipicamente masculino que as demais meninas aprendem a partir das interações com seus irmãos. Desse modo, pode-se gerar uma incompreensão pelo sexo oposto, alguma desconfiança, ou espanto, ou pelo contrário, uma forte atração por ele (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000). O “mal-estar” (p. 41) que ocorre pode durar quando uma mãe que teve apenas irmãs educa meninos, ou um pai que educa meninas quando teve somente irmãos do sexo masculino. Verificam-se alianças e até mesmo coalizões entre a mãe e suas filhas, e o pai e seus filhos contra o genitor do sexo oposto.

A identidade sexual se constrói em referência à dos irmãos e irmãs. Assim, o descobrimento da diferença dos sexos é realizada, particularmente, a partir do corpo e do psiquismo do irmão ou da irmã (DERBY, 2000 p. 242).

De acordo com Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), se o bebê nasce tardiamente, pode ser “adotado” (p.296), mobilizando identificações com seus próprios pais no filho mais velho, aliadas a sentimentos de ternura e proteção. Porém, se a diferença de idade for muito grande, como, por exemplo, de uma geração, faltará o que se torna essencial para que o sentimento de irmandade se consolide, como a história de vida em comum, os acontecimentos íntimos, os momentos que foram vividos juntos e compartilhados, especialmente na infância, para formar os vínculos da fratria. Em alguns casos, os filhos podem adotar um papel “parentalizado” (p.37) diante de seus irmãos e irmãs, não para imitar os pais, mas sim para cobrir as deficiências desses (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000). Esse fato gera algum equilíbrio, contudo, além de aumentar a rivalidade fraterna, pode levar a uma rivalidade a longo prazo entre o filho e um dos pais. Assim, algumas crianças podem se tornar “pais de seus próprios pais” (p.37), uma vez que percebem que os mesmos se encontram enfraquecidos. Tomam para si a missão de se encarregarem de seus pais, além de se encarregarem de sua fratria. Essa criança desenvolve uma competência muito pesada, que a priva das relações fraternas e da proteção parental. O genitor, por sua vez, se sente cada vez mais incompetente, e a sua fragilidade, que podia ser momentânea, pode se tornar crônica.

S. Minuchin sublinha o poder da fratria –principalmente quando há desorganização da função parental –bem como o papel protetor que irmãos e irmãs assumem em relação a um e outro. Mesmo no seio do seu sub-sistema, eles podem constituir uma “equipe de socorro” com os papéis diferenciados. O sub-sistema fraterno permite,

também, experimentar uma série de papéis e ações, principalmente na ausência dos pais[...] (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000 p. 52).

Seguindo esse enfoque, Ainsworth (1991), citada por Oliveira (2006), sugere que os irmãos mais velhos podem, em algumas ocasiões, ou por períodos mais longos, desempenhar esse papel paternal e de cuidador para um ou mais irmãos mais novos, podendo se tornar figuras de apego complementares para os mesmos. Desse modo, Bank e Kahn (1997), apud Oliveira (2006), observam que o vácuo no cuidado parental ou a ausência efetiva dos pais costuma impulsionar a formação desse vínculo de apego entre os irmãos, que na busca de conforto, podem torná-lo recíproco. No momento em que os pais da criança morrem, os seus sentimentos de luto e abandono podem ser aliviados pelos cuidados que ganha do seu irmão mais velho, que faz o papel de protetor. Esse papel costuma auxiliar no sentimento de segurança do irmão mais velho por deixá-lo se sentir menos desamparado, ou por distraí-lo de seus próprios sentimentos de luto e de tristeza. Nesse sentido, uma grande fratria, para Meynckens-Fourez (2000), auxilia no enfrentamento de momentos difíceis através do apoio mútuo. Quanto mais velhas forem e com melhor comunicação verbal, em geral, mais fácil será para elas. O fato de vivenciarem os mesmos acontecimentos traumatizantes, tais como: perda, morte, separação e, acidente leva os mais novos a se sentirem sozinhos e sem palavras para falar da situação, caso não possuam o amparo de um adulto, pai ou parente, ou irmã e irmão mais velhos. Assim, podem sentir mais dificuldades em superar esse choque e alterar seu comportamento, tornando-se muito fechados ou agitados. É imprescindível ter tempo para escutá-los, falar com os mesmos para que se situem, ajudá-los a encenar a situação por meio de brinquedos e também procurar um profissional. A fratria pode auxiliá-los a falar dos momentos dolorosos, pois os filhos mais velhos costumam guardar lembranças conscientes dos fatos ocorridos. A relação entre irmãos, de acordo com Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), torna-se para os pais fonte de aprendizagem, haja vista o importante papel que o vínculo fraterno pode desempenhar como sustentáculo do equilíbrio familiar em situações de crise referidas anteriormente. Portanto, o vínculo fraterno solidário se constitui em continente para esses desequilíbrios, de modo a funcionar como um fator de proteção à saúde emocional dos envolvidos. Os irmãos funcionando como suportes familiares podem, ainda, auxiliar nos cuidados dos pais em sua velhice.

[...] Em companhia uns dos outros, os irmãos vão poder aprender as coisas da vida e do mundo, adquirir elementos de linguagem, escutar histórias familiares, elaborar a angústia, desenvolver a criatividade através de jogos e brincadeiras, explorar domínios desconhecidos, entre os quais a sexualidade. A utilização do lúdico em sua interação facilita a transmissão, a herança, e atenua o efeito da coação (EIGUER, 2001; apud GOLDSMID E FÉRES-CARNEIRO, 2007 p. 303).

Pereira (2011), ao citar Rustin (2007), chama atenção para o fato de que quando uma família se desmembra e os filhos são levados para cuidados públicos, a identidade da criança pode se centralizar no pertencimento ao grupo de irmãos de modo bastante intenso. Além disso, essas crianças que perderam os pais através da morte, ou aquelas que são levadas para um lar adotivo, segundo Carter e McGoldrick (1995), costumam ser mais cooperativas umas com as outras em cenários de adversidade coletiva. No momento em que as crianças não podem ser mantidas com seus progenitores, caso os mesmos se encontrem deprimidos, dependentes de drogas ou álcool, ou até mesmo ausentes, o relacionamento entre os irmãos pode se tornar a única fonte, contínua e disponível, de apoio emocional e afetivo (NORRIS-SHORTLE, COLLETTA, COHEN E MCCOMBS, 1995, apud PEREIRA 2011).

Na situação do divórcio, para Siméon (2000), os filhos mais velhos costumam cuidar da fratria e do resto da família e os mais jovens são mais propensos a desenvolver comportamentos de pertencimento em relação aos mais velhos e a pedir menos a ajuda dos mesmos. Cerveny (2006) destaca que alguns filhos notam antecipadamente os sinais de separação familiar e outros, ou não querem, ou não conseguem acessar o conflito conjugal de seus pais. Os sentimentos que aparecem podem ser de tristeza, de raiva, ou de abandono pela situação, sendo que costumam se basear na maneira em que foram vivenciadas outras situações de separação na família ampliada, em situações que aconteceram com seus amigos e até em suas próprias fantasias. Existem também os abandonos, como por exemplo, os pais que saem do convívio com a família e não retornam mais, nem procuram pelos seus filhos, ou os que reaparecem e somem novamente (CERVENY, 2006). A autora afirma que nesses casos, mesmo sendo estabelecida uma separação, o sentimento de rejeição costuma aparecer de forma bastante intensa, além de uma possível dificuldade em estabelecer vínculos afetivos com outras pessoas na vida adulta. Wallerstein (1983), mencionada por Cerveny (2006), cita como tarefas psicológicas que os filhos precisam realizar no processo de divórcio dos pais: o reconhecimento da realidade da separação conjugal e o distanciamento do conflito conjugal, sendo que para a sua realização eles necessitam do auxílio de seus pais, os quais podem contribuir ao evitar o pedido de cumplicidade para seus filhos.

Nos momentos em que acontece o recasamento, os papéis dentro da família, em geral, se modificam como, por exemplo, a posição dos filhos, conforme Oliveira (2005). Essas mudanças podem produzir alterações na hierarquia e nas funções dentro da família. As fratrias, desse modo, costumam passar por transformações ao ampliar-se para incluir os novos membros, sendo que novas negociações, novas relações e novos vínculos poderão se formar.

Nesse sentido, Siméon (2000) afirma que essas súbitas mudanças de papel ou de posição, como a perda de um *status*, ou a retirada brusca de uma função, desestabilizam os pais e as crianças que acabaram de iniciar uma convivência. A entrada de uma criança no contexto do recasamento, também repercute e afeta as pessoas e suas relações (BRUN, 1999). Esse bebê pode acarretar ou revelar vários desafios para os outros filhos do casal, além da já esperada turbulência comum a toda família. Aparecem, dessa forma, dois grupos de filhos que vivenciaram o processo de separação de seus pais: os que não possuem espaço próprio e íntimo na casa de um ou de ambos os pais e os que vivem com medo de perder o espaço que obtiveram na casa da madrasta ou do padrasto.

Eles vivenciam o entra-e-sai com muita angústia, mas nem sempre sabem verbalizar a situação. Se tornam rebeldes, arredios e aparentemente indiferentes ao nascimento do bebê. Têm muita dificuldade de estabelecer vínculos e se sentem secundários e desvalorizados. Este grupo “cigano”, de mala e cuia pra lá e pra cá, pode, algumas vezes, alimentar fantasias de retorno à família originária, com “papai e mamãe” vivendo juntos novamente, na mesma casa. O nascimento de uma criança do recasamento põe fim ao sonho de reunião e nada mais poderá ser como antes, nem mesmo na fantasia [...] (BRUN, 1999 p. 57).

Os filhos de pais e mães que se recasaram sentem-se bastante ameaçados e inseguros, algumas vezes com poucos direitos e não conhecendo seu lugar de maneira clara e precisa na geografia de ambos os lares. Podem sentir também, que não pertencem a nenhuma família totalmente e que não possuem espaço próprio para exercer sua individualidade e proteger sua intimidade (BRUN, 1999). Com relação ao mau ajustamento dos filhos na família recasada, Carter e McGoldrick (1995) colocam como principais motivos: a negação da importância de uma perda anterior; o intervalo pequeno entre os casamentos; a incapacidade de resolver questões importantes de relacionamento na primeira família; bem como a expectativa de que os filhos aceitem de maneira rápida e fácil o casamento. Contudo, o grupo fraterno, de acordo com Siméon (2000), possui uma função de continente utilizada pelos seus membros. Cada um, a sua maneira, costuma se adaptar à reorganização do sistema familiar produzido pela separação dos pais. Essa separação pode reforçar os vínculos fraternos, dando a cada um dos filhos um continente substitutivo e aumentar a lealdade entre os irmãos. Nesse sentido, Fernandes, Alarcão e Raposo (2007) destacam que durante o processo de divórcio dos pais, bem como a entrada de um grupo de irmãos em uma nova família (onde existam, ou não, outras crianças com quem terá que dividir um novo espaço e a atenção do novo casal), tende a aumentar a intensidade da relação entre os irmãos e a sua interdependência, que são elevadas ao máximo nessas situações de crise.

Os modelos vinculares provenientes da relação fraterna como, por exemplo: a ambivalência, a rivalidade, os sentimentos amorosos e outros acabam por se repetir durante a vida nos vínculos com outros pares (GOLDSMID E FÉRES-CARNEIRO, 2007). Portanto, Viorst (2005), ao relembrar a abordagem psicanalítica de Freud, afirma que alguns dos padrões que se repetem ao longo da vida, são determinados não somente pelos pais, como também pelos irmãos:

A natureza e a qualidade do relacionamento do ser humano com pessoas do seu sexo, ou do sexo oposto, são determinadas nos primeiros seis anos de vida. Mais tarde, podem se desenvolver e se modificar em determinadas direções, mas nunca desaparecem. Os objetos desse tipo de fixação são os pais e os irmãos. Todas as pessoas tornam-se substitutas dos primeiros objetos desses sentimentos... sendo assim obrigadas a arcar com esse legado emocional... (p. 97).

A importância das relações fraternas pode surgir no momento de uma mudança fundamental na composição da fratria: casamento, divórcio de um irmão ou irmã, morte e hospitalização. Algumas crianças se descompensam nesses momentos. Às vezes um irmão ou irmã pode perder seu grande confidente, ou aquele que lhe dava atenção, ou exercia a função de “escudo” (p. 29) entre os pais e ele (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000). Segundo Oliveira (2006), o vínculo fraterno pode ser entendido como resultado de um processo inter-relacional, ou seja, é elaborado e definido pelas trocas que os irmãos estabelecem e que poderão satisfazer suas necessidades diversas. Desse modo, o vínculo fraterno revela-se dinâmico e duradouro, uma vez que pode ser transformado e resignificado no decorrer de toda a vida. Faz-se necessário, contudo, existir uma complementaridade em seus papéis, bem como uma relação de intimidade e certa coincidência em seus valores pessoais, para que os irmãos consigam construir um vínculo “suficientemente bom” (p.302) (LOSSO, 2001, apud GOLDSMID E FÉRES-CARNEIRO, 2007).

Rivalidade entre irmãos

Em geral, o nascimento de um irmão menor faz aparecer sentimentos de hostilidade nos outros, que se configuram em manifestações de ciúmes. O filho mais velho ou primogênito tende a sentir mais ciúmes, uma vez que era detentor de todo afeto e atenção dos pais e precisará dividi-los com cada irmão que vier. Esse, por sua vez, já se depara com o amor dividido e mesmo possuindo menos razões para sentir ciúmes dos irmãos mais velhos em relação aos pais, precisará lidar com os sentimentos de inveja pelos privilégios concedidos ao irmão maior (OSÓRIO, 1981). A inveja não é somente desejar o que o outro tem, e sim não admitir que o outro tenha o que não se tem, e além de tudo, querer que o possuidor dos atributos ou bens invejados perca os mesmos à medida que se os adquira. Dessa forma, torna-se um sentimento constituído de impulsos agressivos e destruidores, segundo o autor. O ciúme, por sua vez, possui relação estreita com o desejo de posse e controle da figura amada, interferindo, assim, na individualidade do outro. White e Mullen (1989), apud Pereira (2011), ilustram tal afirmação ao pontuar que o ciúme é um complexo de emoções, pensamentos e comportamentos que aparecem no contexto de um triângulo social constituído pelo sujeito enciumado, o sujeito amado (os progenitores nesse caso), e o rival (o irmão nesse caso). Os autores destacam também, que o ciúme seria precipitado pela percepção ou ameaça de perda de um importante relacionamento para um rival. Além disso, assim como os adultos, as crianças enciumadas podem agir, sentir e pensar de diferentes formas, que não obrigatoriamente agressivas ou competitivas.

A inveja e o ciúmes são os sentimentos básicos da denominada “situação edípica”, ou seja, o triângulo afetivo que a criança forma com os pais: o filho tem **ciúmes** da mãe quando o pai chega em casa e ela lhe dá todas as atenções que durante o dia o filho monopoliza; mas o filho sente também **inveja** do pai que é grande, forte, sabe coisas que ele não sabe e – mais do que tudo – tem com a mãe uma “misteriosa” intimidade da qual ele, filho, não participa (OSÓRIO, 1981 p. 86).

Osório (1981), através da abordagem psicanalítica, explica esse sentimento ao discorrer sobre a voracidade, sendo que o alimento que parece nunca saciar suficientemente a fome da criança é a afeição dos pais. O desejo que a criança possui de ser o centro polarizador de todas as atenções e amor que existem ao seu redor pode se configurar em um inconformismo pela perda do lugar que satisfazia plenamente todas as suas necessidades, a vida intrauterina. Desse modo, argumentam Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), os irmãos convivem intimamente por um tempo razoavelmente longo e têm um desejo e uma necessidade comuns, o amor preferencial de seus pais. Esse fato transforma-os em um grupo com forte potencial para o surgimento de desafetos, às vezes até mesmo transformando-os em

adversários. A dinâmica familiar pode levar os irmãos a uma competição equilibrada e saudável na tentativa de satisfazer sua necessidade emocional, ou gerar animosidade e a criação de inimigos.

Qualquer criança quer ser a preferida dos pais. Irmãos e irmãs se utilizam mutuamente como bodes expiatórios, sobre os quais projetam uma hostilidade cuja manifestação perante os outros seria demasiado perigosa: os professores podem punir e mandar embora da escola; os pais podem exercer a disciplina, punir, privar de sua afeição; os amigos, rejeitá-los. Os irmãos e irmãs, porém, são alvos excelentes, tanto mais quanto que eles não podem escapar (GARDNER, 1980; apud MEYNCKENS-FOUREZ, 2000 p. 19-20).

Faz-se preciso diferenciar o conceito de competição e rivalidade, já que algumas vezes costumam ser empregados como sinônimos, segundo Boer (1990), apud Pereira (2011). O autor acredita que a competição será definida em uma relação diádica, que se caracteriza pela procura por superar o irmão em um relacionamento a dois; enquanto a rivalidade em uma relação triádica, que se define pela procura por superar o irmão em face de um terceiro. A rivalidade engloba assim, a vontade de parecer superior em poder, *status*, habilidades ou aparência para alguém que está fora da relação fraterna. O autor coloca ainda, que a rivalidade tem como objetivo primário vencer e superar o rival, focando em recompensas como o amor parental, o reconhecimento e aprovação. Em um artigo da década de sessenta Irish (1964), mostrou que a rivalidade entre os irmãos foi um dos primeiros temas investigados pela literatura psicológica sobre o relacionamento fraterno. Para Viorst (2005), a rivalidade entre irmãos pode ser maior nos primogênitos, entre dois filhos (ou mais) do mesmo sexo, quando as idades são aproximadas, ou quando as famílias são menores.

Uma criança pequena não ama necessariamente os irmãos. De um modo geral, obviamente não os ama... Ela os detesta como competidores, e é sabido que esta atitude pode perdurar muito tempo, até a maturidade, ou mesmo mais tarde, sem interrupção (FREUD apud VIORST, 2005 p. 88).

De acordo com Kramer e Ramsburg (2002), citados por Pereira (2011), crianças relativamente mais velhas já desenvolveram mais as suas habilidades sociais e cognitivas, o que lhes possibilita entender e tolerar melhor algumas das mudanças familiares neste momento de transição. De uma maneira geral, a literatura mostra que as meninas, como irmãs mais velhas, costumam ser mais afetuosas e cooperativas e menos hostis e agressivas com seus irmãos do que os meninos, conforme Dunn, Deater-Deckard, Pickering e Golding, (1999), Silveira (2002), apud Pereira (2011). Nos primeiros meses de vida, segundo Viorst (2005), experimenta-se a ilusão de se possuir completamente a mãe. Constatar que outros possuem direitos iguais e até mesmo maiores sobre ela, pode resultar na iniciação ao ciúme. Posteriormente a criança aprende que atos hostis não auxiliam na conquista desse amor, e que

a perda do amor indivisível será necessária. Aprende-se também, que grande parte do amor que se recebe durante a vida precisará ser compartilhado, começando em casa com os irmãos e rivais.

Contudo, mesmo quando os pais não demonstram favoritismo, a presença de irmãos ou irmãs significa um logro, uma perda – perda porque transforma os braços, os olhos, o colo, o sorriso e o seio inigualável da mãe, de um domínio particular, numa propriedade compartilhada (VIORST, 2005 p. 99).

Nessa direção, Goldsmid e Féres-Carneiro (2007) defendem que cada novo membro que chega à fratria reativa as rivalidades e altera a distribuição dos papéis. A chegada do terceiro filho desloca o caçula de seu lugar e faz o mais velho reviver o deslocamento ocorrido no nascimento do segundo, visto que seus pais estarão com menos disponibilidade para ele. Os sentimentos de ciúme estão presentes em todos os membros da fratria, pois, ao passo que o mais velho sofre pela atenção dada ao menor, o caçula pode se sentir enciumado pelas relações construídas pelo irmão mais velho antes de seu nascimento e das prerrogativas e conquistas que o mesmo desfruta pela idade. Já o filho do meio, pode questionar a situação de existir sempre um que comanda e um que é mimado. “[...] A fratria é o lugar da competição: enquanto os menores querem igualar e superar os mais velhos, estes querem conservar sua superioridade” (GOLDSMID E FÉRES-CARNEIRO, 2007 p. 301).

Viorst (2005), ao se pautar no enfoque da psicanálise, afirma que o risco de perder o amor dos pais pode gerar imensa ansiedade e é através dos mecanismos de defesa, quase todos inconscientes, que se pode tentar afastar essa angústia. São eles: **repressão**: manter longe do consciente o impulso desejado, bem como todos os sentimentos ligados ao mesmo; **formação reativa**: ação de superenfatar o impulso oposto do impulso desejado; **isolamento**: ato de separar uma ideia do seu conteúdo emocional, de forma que durante a existência do impulso indesejado os sentimentos relacionados a ele são afastados para longe do consciente; **negação**: ato de destruir os fatos e os impulsos indesejáveis relacionados aos mesmos, reelaborando-os em nossas fantasias, atitudes e palavras; **regressão**: ação de voltar a um estágio anterior do desenvolvimento a fim de fugir do impulso indesejado; **projeção**: ato de atribuir a outrem o impulso indesejado repudiando-o; **identificação**: configura a substituição do impulso indesejado por sentimentos mais nobres e positivos transformando-se em outra pessoa, por exemplo: a mãe; **voltar-se contra si mesmo**: ação de guiar o impulso hostil contra si próprio, a fim de não machucar a pessoa que se pretende; **anulação**: expressão dos impulsos agressivos pela fantasia ou de um acontecimento e assim, reparação do dano

causado com uma ação de boa vontade; **sublimação**: consiste na prática de atividades socialmente aceitáveis para substituir o impulso indesejável.

Além dos ditos mecanismos de defesa, outra estratégia importante colocada pela autora caracteriza-se pela distinção entre o indivíduo e o irmão ou irmã, fornecendo ao outro uma série de características opostas às atribuídas a si próprio, chamada desidentificação. Começa por volta dos seis anos de idade, em geral entre o primeiro e o segundo filho do mesmo sexo e possibilita que cada um sinta que o que tem é seu e se evita, dessa forma, competições e comparações dolorosas. Todavia, essa polarização de papéis pode gerar graves limitações, uma vez que ambos podem ter interesses em comum e se fechar para os mesmos, a fim de abrir espaço para o irmão. Existem famílias em que os próprios pais colocam os rótulos, que vão desde atributos físicos a vocações. Ainda que seja para diminuir a rivalidade entre os irmãos, pode levar um longo tempo para os irmãos se libertarem dos rótulos e descobrirem o que realmente são (VIORST, 2005).

Esta atribuição de etiquetas contraditórias, permite circunscrever o terreno de cada um, e apazigua os terrores da concorrência e da comparação, dentro da incerteza viva das relações fraternas e familiares. A inveja é controlada, a competitividade e o ciúme são assumidos mais facilmente, em prejuízo do desenvolvimento de outras competências que serão aniquiladas (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000 p. 48).

As experiências com irmãs e irmãos podem variar entre crianças e até mesmo entre crianças que pertencem à mesma família de acordo com McHale e Crouter (1996), mencionados por Pereira (2011). Alguns irmãos podem brigar frequentemente e com muita intensidade, já os outros podem ter a intimidade, o carinho e a cooperação como predominantes em seu relacionamento, sendo que a competição, as disputas e a hostilidade pouco aparecem. E outros também podem apresentar tanto conflito como afeto em suas trocas diárias. A intensidade da expressão emocional que se experimenta no relacionamento com os irmãos, para os autores, torna-se produto do contexto de intimidade e desinibição em que são estabelecidas essas trocas. Brody (1998), apud Pereira (2011), ressalta que crianças que possuem progenitores ríspidos e punitivos costumam desenvolver e utilizar mais técnicas coercitivas e agressivas com seus irmãos.

Relações parentais empobrecidas, especialmente a falta de afetividade e de proximidade emocional, o favoritismo, a rejeição, a negligência, a violência, o abuso e uso de punição física, criam estresse psicológico para as crianças e os encorajam a utilizar de violência para resolver conflitos. Tais comportamentos podem ser transpostos para as interações fraternas, aumentando a intensidade e a frequência do conflito verbal, da violência física e abuso psicológico entre irmãos (HOFFMAN E EDWARDS, 2004, apud PEREIRA, 2011 p. 52).

Carter e McGoldrick (1995) afirmam que viver com direitos, privilégios e autoridade iguais para pais e filhos pode levar a criança a não aceitar o irmão como uma companhia igual e potencial por já possuir privilégios de adulto, e acabar por incentivar a rivalidade fraterna. Da mesma forma com que é importante aprender a viver cooperativamente com os iguais (no caso os irmãos), é importante ainda, conviver com pessoas com autoridade e que possuem responsabilidade por alguém menos capaz. Algumas crianças que deveriam ser companheiras fogem da estreita associação e da chance de aprender a cooperar e a competir, visto que seus pais as incentivam a desenvolver amigos, interesses e comportamentos diferentes e não-relacionados. Além disso, mesmo que as circunstâncias como, a presença física, a disponibilidade potencial, ou a ausência de um progenitor, apareçam como um fator importante, o alinhamento de simpatia dos filhos com um dos progenitores mais do que com o outro pode ser o produto de um processo repetitivo de triangulação que gera um sentimento de proximidade em relação a um dos pais e de distância em relação ao outro. Em alguns momentos, o conflito (claro ou encoberto) entre os pais está aparente na interação dos irmãos que brigam em razão das questões paternas como se fossem suas (CARTER E MCGOLDRICK, 1995). De acordo com Kehl (2000), mencionado por Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), o fato de permanecer a rivalidade fraterna acirrada até a idade adulta deve-se aos pais e educadores que conscientemente ou não, utilizam táticas de “dividir para reinar” (p.301), alimentando a fantasia infantil de que só existe lugar para um no amor parental. Poderia ser também, a fantasia inconsciente de um ou dos dois progenitores, e não somente uma tática para que se exercite o poder. Uma criança quando é preferida por um ou por ambos os pais, coloca Meynckens-Fourez (2000), pode ter mais autoridade sobre o restante da fratria. Dessa forma, Goldsmid e Féres-Carneiro (2007) destacam que essa falta de diversidade no seio familiar pode gerar consequências negativas para o “vencedor” (p.302) da disputa e para os supostos perdedores.

Às vezes, o filho favorito abusa arrogantemente da sua posição especial. E às vezes sente-se culpado. Outras vezes, é aprisionado no papel de Melhor Filho. Mas, seja qual for a sua resposta, os irmãos e irmãs na certa o invejarão e ficarão ofendidos, e essa hostilidade pode ultrapassar a fase da infância [...] (VIORST, 2005 p. 99).

A fim de auxiliar no manejo da inveja e ciúme entre os irmãos, Osório (1981) coloca que se precisa identificar quando, como e por que os adultos são invejosos ou ciumentosos, visto que tais sentimentos antes de existirem nos filhos existem nos pais. Ao possuir total consciência das motivações e consequências dos próprios sentimentos de inveja e ciúmes, consegue-se, em geral, ajudar no manejo dos mesmos. Evitar comparações entre irmãos

também é importante, uma vez que se um filho não se dedica tanto aos estudos quanto o outro, não significa que não queira, mas talvez não possa; ou por não ter as aptidões, ou pela própria inveja e sentimento de desvalia que a acompanha. Fazer elogios ao filho preferido e criticar os demais, pode ser bastante prejudicial segundo esse autor. Faz-se necessário que os pais reconheçam que possuem suas preferências entre os filhos, o que em geral não admitem por um falso pudor moral. Assim, aceitar que existam essas preferências como uma condição humana é preferível, do que traí-las em atitudes que fogem ao nosso controle consciente, porém não à sensibilidade dos demais filhos. Quando se reconhece e aceita a existência dessas preferências como decorrência natural da condição humana, melhor pode-se controlá-las e impedir que se tornem prejudiciais aos filhos.

A esse respeito, a competição determina-se, não somente pela disponibilidade dos pais, como também pela forma como os pais se relacionam com os filhos. Um progenitor que tenta julgar as disputas entre irmãos pode encorajar a rivalidade fraterna. Uma atitude que se verifica frequentemente é eleger um dos filhos como o responsável (culpado), e não considerar todas as crianças envolvidas como responsáveis por solucionarem a questão (CARTER E MCGOLDRIK, 1995). Nesse sentido, segundo Bateson (1972), torna-se comum observar, que irmãos que costumam discutir ou se bater, se sentem aborrecidos com a ausência do outro e fazem barreira contra as agressões exteriores. Na tentativa de acalmá-los, os adultos interferem e, ao contrário do que desejam, que seria evitar a briga, acabam por “envenenar” (p.42) a situação, impedindo, dessa forma, que a fratria encontre seu próprio equilíbrio e substitua o conflito pela harmonia. Os pais precisam imaginar que é normal ocorrerem brigas, uma vez que cada um dos filhos defende seu território e busca a diferenciação através das disputas entre eles (BATESON, 1972, apud MEYNCKENS-FOUREZ, 2000).

[...] O sentimento de injustiça aparece com certa frequência nas relações fraternas. Mesmo que cada filho receba o mesmo pedaço de chocolate, ele nunca será realmente o mesmo! A diferença será sempre apontada. Sempre haverá uma diferença [...]. Ao pretenderem corrigir sempre este sentimento de injustiça, os pais podem alimentá-lo e valorizá-lo (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000 p. 42).

Neubauer (1982), apud Pereira (2011), afirmava já no início da década de oitenta, que a rivalidade fazia parte do desenvolvimento normal de uma criança, sendo que a sua ausência mereceria ser investigada na mesma medida dos casos em que quando alcançava altos níveis de intensidade. A prática e a pesquisa demonstram, segundo Oliveira (2006), que a intervenção parental precisa se pautar na igualdade hierárquica ao reforçar uma

característica central do subsistema fraterno: a igualdade. Dessa forma, as intervenções positivas são reconhecidas como aquelas em que os pais procuram alternativas junto com os filhos, incentivam a negociação e fazem aflorar neles sentimentos de responsabilidades por suas atitudes. Desse modo, Volling (2003), mencionado por Pereira (2011), acredita que não existe nada inerentemente negativo no conflito, sendo que podem existir bastantes benefícios quando é manejado de forma construtiva, levando em conta resoluções negociadas e equitativas, bem como a baixa intensidade emocional. O conflito, desse modo, pode prejudicar as crianças na medida em que se pauta na coerção, na destruição, na hostilidade e na agressão, ou quando existe pouco afeto na fratria. O tema da rivalidade fraterna parece ter um lugar de destaque nas preocupações dos pais e profissionais encarregados da educação das crianças, conforme Calladine (1983), McHale et al. (2006), apud Pereira (2011). Os autores associam tal fato a uma dimensão mal aceita do relacionamento fraterno, que pode estar relacionada a uma idealização das relações familiares, excluindo o conflito e a tensão dessas relações.

As disputas fraternais, colocam Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), acontecem na maioria das famílias, mesmo levando em conta as diferenças de estilo, valores ou filosofia de vida que cada uma delas carrega. Assim, as experiências de rivalidades entre irmãos podem acontecer de modo bastante variado entre as famílias, destaca Pereira (2011), ao se levar em conta as características individuais das crianças envolvidas, bem como as características do sistema familiar em que estão inseridas, como já referido anteriormente. Segundo Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), essas disputas possuem um caráter mais lúdico do que agressivo e seu objetivo é conquistar e preservar um espaço dentro do grupo, assegurar uma individualidade, procurar satisfazer necessidades e interesses e, eventualmente, usufruir das vantagens do poder. Além de saudáveis, colocam as autoras ao citarem Britto (2002), essas disputas são importantes, visto que ensinam como lidar com os sentimentos relacionados a perdas e ganhos, mostram as limitações e os meios de tentar superá-las, evidenciam os pontos em que têm maior facilidade e a maneira de valorizá-los, promovem alianças, ensinam a dividir e compartilhar, a se solidarizar e a postergar.

O irmão e a irmã desempenham, portanto, um importante papel na constituição do sujeito, maior do que a disputa pelo amor materno/paterno pode sugerir. O ciúme tem importância na construção da personalidade na medida em que o outro permite, a cada um dos irmãos, definir-se melhor, através da percepção do jogo das semelhanças e diferenças entre si (GOLDSMID E FÉRES-CARNEIRO, 2007 p.300).

Os confrontos e as regulações no interior da fratria caracterizam aprendizagens preciosas ao se tratar da socialização, de acordo com Derby (2000). Serão importantes até para a construção de valores e ideais. Pereira (2011) ressalta que através das experiências de conflito e seu manejo, os irmãos podem auxiliar no desenvolvimento uns dos outros, por meio de competências que poderiam não ter aprendido se não existissem os confrontos. Desde o princípio, Freud (1981) atestou que é no seio familiar que se elabora o sentimento social, sendo que o ciúme tem como destino transformar-se em identificação, e posteriormente, em aspiração à justiça e à igualdade. A fratria, desse modo, pode introduzir a consciência da fraternidade (DERBY, 2000).

Carter e McGoldrick (1995) afirmam que o fato de os irmãos gerarem “um trauma” (p. 216) uns para os outros parece ser mais uma função da disponibilidade dos adultos que tomam conta, do que da rivalidade característica das crianças. O padrão antigo familiar em que somente a mãe cuidava, com pouco apoio ou ajuda de outros, aliada a impossibilidade de poder contar com a família ampliada, mostra-se tanto uma explicação para a rivalidade entre os irmãos, como a proximidade de idade existente. A cooperação, portanto, pode aparecer como um resultado tão provável, quanto a competição, sendo que pode depender mais do exemplo de disponibilidade e cooperação dos próprios pais, do que de seus filhos (CARTER E MCGOLDRICK, 1995). Além disso, mesmo que os sentimentos dos irmãos uns para com os outros possam sofrer influência do contexto parental, pode existir também um fator independente, afirma Rustin (2007), apud Pereira (2011). Os irmãos e irmãs são indivíduos de valor próprio e não somente competidores pelo amor dos pais. Ao citar um estudo de Dunn (1995), Pereira (2011) colocou os seguintes motivos pelo qual as crianças também costumam brigar: choque de personalidade, tédio, disputa por posses, territórios, espaços, regras, controle, cansaço e fome. Dessa forma, os irmãos possuem seu próprio repertório de temas de conflito separado daqueles que envolvem os progenitores.

Oliveira (2006) ressalta que o acesso de um irmão ao outro, a idade e o sexo dos irmãos também podem influenciar na formação de um vínculo de apego entre os mesmos. Em muitos casos, quanto maior for a distância entre os nascimentos dos irmãos, mais afetuosa será a relação entre eles, uma vez que acontece a diminuição de rivalidades e conflitos por possuírem interesses diferentes devido à idade. O acesso de um irmão ao outro, pontua a autora, torna-se o fator de maior peso, visto que a chance de convivência pode acontecer independente da idade e do sexo. Desse modo, mesmo tendo idades muito diferentes e serem de sexo opostos, se possuírem a oportunidade de interagir dentro do contexto das relações

familiares, o acesso ficará disponível e um vínculo forte pode ser construído. Viorst (2005) defende que é possível aprender que irmãos e irmãs fornecem a possibilidade de construção de um outro tipo de ligação familiar amorosa. Assim, a autora cita o crescente número de estudos acerca do relacionamento de irmãos durante a vida, que apontam não somente a rivalidade, mas sim o reconhecimento dos irmãos como indivíduos consoladores, protetores, incentivadores, modelos, aliados leais e grandes amigos.

A relação fraterna e o desenvolvimento humano

Infância

Os irmãos, no período da infância, podem se tornar profundamente envolvidos uns com os outros sendo que esse envolvimento é marcado por uma ambivalência de sentimentos, bem como por interações incessantes, que alternam trocas positivas e trocas agressivas (OLIVEIRA, 2006). De acordo com Dunn e Kendrick (1982), apud Pereira (2011), a importância do relacionamento fraterno para o desenvolvimento do indivíduo seria mais marcante nos anos iniciais, uma vez que durante essa fase é comum os irmãos passarem muito tempo juntos e suas interações serem mais frequentes e carregadas emocionalmente. Além disso, suas trocas costumam se pautar na imitação e na autocomparação. Oliveira (2006) segue essa linha de pensamento ao afirmar que os irmãos vivenciam um intenso processo de comparação, já que, ao passo que têm acesso um ao outro, podem perceber gradativamente o quanto se parecem e o quanto são diferentes, o que possibilita a identificação, ou não, de um com o outro. Assim, no início da infância, o relacionamento fraterno apresenta duas características centrais: os irmãos mais velhos atuam como líderes e os irmãos mais novos procuram imitá-los como recurso nas interações. Desenvolvem-se, dessa forma, várias habilidades sociais e habilidades cognitivas nessas trocas, nas quais o irmão mais novo parece ser o mais beneficiado (OLIVEIRA, 2006).

Pereira (2011), ao citar Lamb (1978) e Teti (1992) coloca que, de uma maneira geral, os mais novos são mais atentos ao comportamento do irmão mais velho e manifestam mais comportamentos de cordialidade, tendem a vigiar mais os movimentos e atividades do irmão, além de fazerem maior questão de manter um relacionamento próximo entre eles. Além disso, na idade pré-escolar os irmãos mais novos costumam assumir um papel subordinado em suas trocas com o irmão mais velho ao começarem menos disputas e agirem mais no sentido de manter as interações, uma vez que procuram imitar comportamentos e atitudes mais cordiais (COTU et al. 1996, apud PEREIRA 2011). Os irmãos mais novos vivenciam também mais ressentimentos em relação aos mais velhos, sendo que é comum pedirem ajuda aos pais (OLIVEIRA, 2006). Já os irmãos mais velhos, por sua vez, costumam assumir um papel dominante e de cuidado ao liderar a relação fraterna na infância, além de emitir um número muito maior de comportamentos sociais para seu irmão menor. São mais propensos ainda, a provocar disputas, a ver o irmão mais novo como intrusivo ou incômodo do que o inverso, além de serem designados como vencedor dos desentendimentos e mostrarem mais comportamentos “afiliativos” (p.47) para seus irmãos, como por exemplo, na hora de oferecer

brinquedos (LAMB, 1978, TETI, 1992, MC GUIRE, 2000, STEWART, 1987, apud PEREIRA, 2011). Na idade pré-escolar, ao passo que os irmãos crescem, o mais novo consegue ser mais participativo na relação, e o irmão mais velho pode se tornar mais interessado no irmão mais novo e no relacionamento (OLIVEIRA, 2006). Por volta dos três a quatro anos de idade do irmão mais novo, o relacionamento fraterno costuma ficar mais importante. O mais novo participa mais das brincadeiras do irmão mais velho e passa também a se envolver em conflitos mais constantemente. O irmão mais novo, ainda, começa a participar mais das interações da mãe com o irmão mais velho e, desse modo, participa de maneira mais integral do convívio familiar (OLIVEIRA, 2006). Durante essa fase, como produto de uma experimentação contínua da relação, é possível aos irmãos construir e personalizarem seus vínculos fraternos. Dessa maneira, podem-se construir relações diferentes com diferentes irmãos, que englobarão diversos graus de proximidade afetiva.

Na infância, em geral, o vínculo de apego do irmão mais novo ao mais velho é mais forte do que o apego mútuo. Todavia, Bank e Kahn (1997), citados por Oliveira (2006), pontuam que nem todo relacionamento entre irmãos engloba um vínculo de apego seguro. O irmão mais velho pode rejeitar o irmão mais novo, ou não fornecer comportamentos de cuidado suficientes. Pode apresentar um vínculo ambivalente, fraco, ou com distúrbio. Comportamentos agressivos e hostis dos irmãos, que em alguns casos duram até a idade adulta, podem decorrer da ambivalência e do fato da criança esperar amor e proteção de seu irmão mais velho, que pode ter se mostrado exigente, pouco cooperativo e completamente autocentrado. Durante a transição da infância inicial para a fase escolar, ocorre um período de transição também do relacionamento fraterno (OLIVEIRA, 2006). O irmão mais velho começa antes no universo escolar e dos colegas, reduzindo o acesso de um irmão ao outro para interação. Contudo, o irmão mais velho pode auxiliar o mais novo nas dificuldades escolares, já que foi o pioneiro. É nessa fase que os irmãos, em geral, brigam por brinquedos, vão à escola, correm em direção ao pai e à mãe quando se machucam, assistem juntos à TV, jogam, e ficam ressentidos quando um ganha mais privilégios do que outro. McGuire, Manke, Eftekhari e Dunn (2000), mencionados por Pereira (2011), colocam que a agressão física tende a declinar muito rapidamente após os anos pré-escolares e conforme os irmãos caminham para a idade escolar. As respostas agressivas após os seis anos de idade costumam ser atenuadas pela empatia aliada à habilidade de atribuir intenção às ações dos outros. Além disso, em geral, com o amadurecimento da criança, tanto a agressão física quanto a agressão verbal se relacionam mais a insultos e ameaças à autoestima, do que a disputa pela posse de

objetos (WHITE E MULLEN, 1989, apud PEREIRA 2011). Nessa fase ainda, Oliveira (2006) afirma que se as crianças possuem intenso acesso uma à outra, o vínculo fraterno pode crescer e a qualidade desse relacionamento pode ser afetada pelos pais, uma vez que, na idade escolar, um dos indicadores que mais costuma exercer influência na variação da qualidade do relacionamento fraterno é a intervenção parental.

Adolescência

Uma vez que um irmão entra na adolescência antes que o outro, poderão acontecer muitas transformações na relação entre eles (OLIVEIRA, 2006). Na sociedade ocidental, a adolescência caracteriza-se por uma fase de mudanças, como produto do desenvolvimento fisiológico e da abertura de novas oportunidades sociais, como a entrada no ensino médio, novos privilégios e responsabilidades. Em geral, eles querem reafirmar sua identidade: podem assumir novos riscos, viajar e se vestir de maneira diferente, podem também experimentar álcool, cigarro e drogas. Desse modo, uma mudança no irmão adolescente pode gerar um sentimento de perda no outro, já que se um ficou “diferente” (p. 73), os dois poderão sentir dificuldades em brincar e conversar como antes. Observa-se, assim, uma descontinuidade no relacionamento (OLIVEIRA, 2006). Nesse sentido, Goldsmid e Féres-Carneiro (2007) definem que a entrada na adolescência é, por ela mesma, um período complexo e “tormentoso” (p. 297), pois o adolescente perde sua identidade infantil com suas vantagens intrínsecas, sem ter alcançado o poder conferido pelo estado de adulto. A presença de irmãos mais novos, crianças ainda, pode intensificar o processo. O adolescente do mesmo modo que briga para deixar de ser criança, ainda costuma desejar os carinhos, a proteção e as vantagens infantis.

Oliveira (2006) sugere que a rivalidade e os conflitos podem chegar a um índice maior no início da adolescência e que acontece um declínio no envolvimento entre irmãos, visto que agora as amizades ocupam um espaço maior na vida deles. Essas mudanças são consequentes das novas características que o irmão adolescente pode assumir: tornar-se mais aventureiro, permanecer mais longe da família e mostrar imprevisibilidade nas emoções. Os irmãos costumam experimentar nessa fase um verdadeiro processo de diferenciação, já que existe uma predisposição a aparecerem e emergirem as diferenças individuais entre eles, muitos irmãos recusam-se a serem iguais um ao outro e mostram comportamentos rebeldes e opositoristas (OLIVEIRA, 2006). Muitos pais se assustam nessa fase, não entendem como os filhos podem ser tão diferentes se são frutos da mesma criação, e questionam a durabilidade dessa desunião. Verifica-se que esse comportamento pode representar uma

maneira de os irmãos marcarem as diferenças não somente como rivalidades, mas como fatores de diferenciação de sua personalidade, fazendo parte do processo de afirmação da identidade pessoal. Na fratria formada por irmãos adolescentes, pontua Ruffo (2003), citado por Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), a razão principal das brigas costuma ser a demarcação de seu território, o “quarto inviolável” (p. 297), e a utilização de objetos pessoais, não autorizados, danificados ou não restituídos. Acontecem, no entanto, momentos privilegiados em que dominam relações cúmplices e calorosas. Os irmãos dividem interesses e ambições, podendo ser, assim, companheiros e ter um bom entendimento. Os pais podem se sentir diante de um “sindicato dos filhos” (p. 298), conforme a solidariedade entre os irmãos, já que estes protegem uns aos outros, defendendo a causa do irmão, em uma atitude corporativa. Entre irmão e irmã, a relação pode ser de maior cumplicidade e proximidade do que entre adolescentes do mesmo sexo. Pode se considerar a adolescência, dessa forma, como uma nova chance de nos tornarmos “irmão do irmão” (p. 298) (RUFFO, 2003, apud GOLDSMID E FÉRES-CARNEIRO, 2007). Assim, existe a possibilidade de transformação positiva da relação nessa fase, constata Oliveira (2006). Um irmão mais novo, que antes era distante do irmão mais velho pode se aproximar ao entrar na adolescência. Os interesses comuns passam a ser compartilhados e uma maior amizade, cumplicidade e diálogo podem ser experimentados.

Entretanto, em relação ao vínculo de apego, entende-se que, durante a adolescência, pode ocorrer um “adormecimento” (p.75), visto que pode se vivenciar um afastamento da figura fraterna como figura de apego. Esse afastamento pode ser determinado, principalmente, pelos novos interesses, pela ampliação da rede de relacionamentos e, pelos novos vínculos formados pelo irmão que servia ao outro como base segura (OLIVEIRA, 2006). O período da adolescência, ainda, pode designar-se como um período das grandes formações fraternas, seja por laços de sangue, ou por laços de amizade, definem Eiguer, (2001), Kehl, (2000), apud Goldsmid e Féres-Carneiro (2007). Como o indivíduo ao sair da infância não se sente seguro das suas identificações, o grupo pode funcionar como aval das mesmas. Os irmãos poderão produzir uma “contracultura” (p.304) com seus signos e valores próprios, proibindo a compreensão dos adultos, com seus pactos secretos. A fratria pode formar, desse modo, laços de cumplicidade que possibilitam “enganar o pai” (p.304). Os irmãos costumam desafiar a proibição da autoridade, unidos pela conspiração, em uma iniciativa de liberdade que é legitimada pelo grupo. Assim, possibilita-se o enfraquecimento do poder de verdade absoluta que a palavra paterna possui na infância. Se os pais, ao temerem uma rebelião, tentam impedir

a união entre os irmãos ficando muito severos, podem desqualificar a si próprios se caso pregavam o amor e o entendimento (EIGUER, 2001, KEHL, 2000 apud GOLDSMID E FÉRES-CARNEIRO, 2007). Por mais que os conflitos fraternos alcancem seu ápice no início da adolescência, a rivalidade e os conflitos tendem a diminuir no final dessa fase. Ao passo que se atinge a maturidade e a capacidade de aceitar a individualidade do outro, pode se alcançar maior empatia (OLIVEIRA, 2006).

Adultez

O laço fraterno costuma ser persistente e valioso na fase adulta, principalmente na meia-idade e na velhice (OLIVEIRA, 2006). O irmão adulto, na nossa sociedade, é descrito como uma fonte de apoio, alguém que, ao precisar de ajuda, pode-se procurar e contar. Especialmente durante a meia-idade e velhice, os irmãos podem ser identificados como pessoas que trazem bem-estar ao outro. O bem estar social aparece além da rede de apoio emocional e social proporcionado pelo irmão, mas também com relação, principalmente, à memória construída de forma compartilhada com o irmão, que se revela um aspecto de importância central, já que leva ao indivíduo um senso de identidade pessoal e familiar, que pode ganhar um significado cada vez mais importante, quando se caminha para estágios mais tardios da vida (OLIVEIRA, 2006). O vínculo de apego fraterno pode ser reafirmado na vida adulta, assim como sentimentos de apego poderão ser desencadeados perante ameaças para si próprio, para a figura de apego, ou para ambos. O apego fraterno costuma conseguir também ser remodelado, ganhando características diferentes da infância, embora alguns aspectos do apego fraterno infantil e do adulto podem permanecer parecidos. Dessa forma, na idade adulta, a presença da figura fraterna de apego gera sentimentos e comportamentos como: conforto e segurança, vontade de dividir descobertas e reações com o outro e prazer e empatia diante da reunião. A sensação de bem-estar e a alegria pela presença do outro costumam estar presentes, acompanhadas de sentimentos positivos como: ser admirado e compreendido, segurança, confiança e proteção (OLIVEIRA, 2006). A autora destaca também, que o relacionamento fraterno na vida adulta pode ser descrito por um cuidado recíproco, visto que os irmãos conseguem se mover conforme as necessidades do momento, pelos papéis de cuidador e daquele que é cuidado, fornecendo um tom mais dinâmico e flexível à relação.

Pereira (2011), ao citar Cicirelli (1989), coloca que existem evidências que mostram que as mulheres possuem laços de apego mais fortes com seus irmãos na velhice do que os homens, além disso, caracterizam-se como figuras de apego mais atraentes do que os mesmos. Segundo os autores, existem componentes genéticos e culturais que predispõe as mulheres a

construírem laços de apego mais fortes, assumindo uma postura mais nutridora e de cuidado. Além disso, Carter e McGoldrick (1995) afirmam que os relacionamentos entre as irmãs são, em geral, os relacionamentos mais longos da vida. Já que as mulheres costumam possuir a responsabilidade primária pela família, os cuidados são normalmente divididos entre as irmãs. Acontece também, devido às responsabilidades que precisam dividir e sem os recursos ou autoridade para ajudar, delas voltarem-se umas contra as outras. De outro modo, as irmãs podem transformar-se em poderosos recursos, uma para a outra, no decorrer da vida, no momento em que ficam desprovidas de parceiros, como consequência do divórcio ou da morte. A triangulação que se desenvolve nas famílias, em particular como resultado da carga de cuidar dos pais, pode gerar sentimentos de hostilidade entre as irmãs e impedir, dessa forma, que compartilhem suas vidas. Os irmãos podem auxiliar mais financeiramente, o que costuma demandar uma menor carga emocional, e tende a ser mais valorizado pelos pais que estão envelhecendo.

Os adultos costumam prestigiar mais a relação fraterna nessa fase afirma Oliveira (2006), e assim, desenvolvem formas de interação que evitam ou disfarçam as rivalidades e conflitos. Alguns aspectos que antes eram supervalorizados podem não ter a mesma importância. Uma vez que a competição ocorre agora mais fora da família, não se compete mais com a mesma intensidade dentro dela. De uma forma geral, a rivalidade pode se fazer presente nos relacionamentos fraternos da vida adulta de maneira mais ou menos explícita, e mais ou menos consciente, sob a forma de comparações, competições e ciúmes. Pode mostrar tanto uma continuidade no padrão de relação que se perpetuava na infância e adolescência, como ser desencadeada em determinadas situações da vida adulta. Endossando essa ideia, Brody (1998), apud Pereira (2011), pontua que os sentimentos de rivalidade que tiveram sua origem na infância podem permanecer na vida adulta. Viorst (2005), ao citar o psicólogo Robert White, observa que irmãos rivais adultos podem competir ainda pela atenção de pais idosos, senis e até mesmo mortos. Segundo esse psicólogo, esses legados de competição no seio familiar podem se estender também aos relacionamentos profissionais e sociais, sendo que o indivíduo pode reagir aos amigos, cônjuges, companheiros de trabalho e até aos filhos, como se fossem seus irmãos ou irmãs.

Pois, embora a rivalidade entre irmãos costume provocar desconforto e sofrimento, pode nos acompanhar na nossa vida de adultos, pode vir a ser uma herança emocional legada a todos os outros tipos de relacionamento, pode também subordinar-se a elos contínuos de amor fraterno (VIORST, 2005 p. 100).

Oliveira (2006), ao citar um estudo de Connidis (1992), sobre as mudanças no relacionamento fraterno durante três tipos de eventos de vida: casamento e nascimento dos filhos, divórcio e viuvez, morte e, doença dos membros da família, revela que os motivos para a proximidade das relações após o casamento envolveram maior maturidade, possibilidade de dividir experiências conjugais e o relacionamento positivo com o cônjuge do irmão. Os motivos para relacionamentos mais pobres após o casamento envolveram mudança da casa dos pais, diferentes *backgrounds* da família do cônjuge e relacionamento conflituoso com o cônjuge do irmão. O nascimento dos filhos foi identificado como um evento que trouxe mudanças positivas na proximidade emocional, ainda que apontasse um decréscimo no contato. A viuvez ou divórcio de um irmão foi mostrado como evento que produziu maior apoio, contato e proximidade emocional. A morte ou doença dos pais, morte de um irmão, e saúde deficitária dos integrantes da família, por fim, aproximaram os irmãos na maior parte dos casos. Confirma-se, portanto, que os relacionamentos entre irmãos não são estáticos e sofrem influências de muitos eventos no decorrer da vida, o que denota sua natureza dinâmica.

Em contrapartida, Goldsmid e Féres-Carneiro (2007) afirmam que, na idade adulta, normalmente acontece um distanciamento entre os irmãos. Cada um costuma trilhar seu caminho ao começar carreiras profissionais e construir seu próprio núcleo familiar. Os seus investimentos emocionais concentram-se, em geral, mais na elaboração de sua vida pessoal. Devido ao estudo, trabalho ou casamento, os irmãos podem também vir a pertencer a classes sociais diferentes. Contudo, o distanciamento entre irmãos adultos pode ser maior ou menor em decorrência da dinâmica familiar do passado. Cicirelli (1995), apud Oliveira (2006), cita uma grande diferença de idade, a separação geográfica e o não desenvolvimento de um apego seguro durante a infância como fatores que podem contribuir para relacionamentos apáticos, indiferentes ou desinteressados entre irmãos adultos. Na vida adulta, de maneira geral, o relacionamento fraterno sofre movimentos contínuos, dando a possibilidade a cada irmão, segundo a sua história pessoal, momento de vida e valores, de rever o relacionamento e fornecer novos significados ao irmão em sua vida, possibilitando, ainda, alcançar novas formas de interação.

Porém, mesmo quando a rivalidade continua na vida adulta, é possível uma mudança e uma reconciliação. Os antigos padrões persistem, mas não estão mais gravados em pedra. E, às vezes, os triunfos ou problemas de um irmão ou uma irmã podem alterar o equilíbrio do amor-ódio a favor do amor. Às vezes, uma crise na família pode aproximar os irmãos. O reconhecimento, em qualquer idade, das nossas dolorosas

repetições pode nos libertar para modificar as coisas. Nem sempre precisamos continuar como sempre fomos (VIORST, 2005 p. 101).

A memória comum elaborada durante a infância e a adolescência, ou seja, a história vivida de maneira compartilhada no contexto familiar originário, pode se definir como um fator fundamental para o processo de manutenção do vínculo no decorrer da vida adulta, mesmo que a possibilidade de transformação e de resignificado do vínculo se faça presente ao longo de toda vida adulta (OLIVEIRA, 2006). Viorst (2005) destaca que talvez o aperfeiçoamento e a renovação do relacionamento entre irmãos possa ser uma tarefa crucial dos últimos anos de vida.

A partida dos filhos, segundo Viorst (1986), mencionada por Meynckens-Fourez (2000), costuma caracterizar um momento-chave no ciclo de vida familiar. Nos momentos de rituais de partida, os irmãos e irmãs revivem várias emoções e tomam consciência de uma dificuldade que jamais foi dita. A presença ou ausência na cerimônia de casamento, por exemplo, pode ser muito significativa sobre a forma com que o indivíduo lida com a retirada do irmão. Os pais nessa fase do ciclo de vida, em geral, se reencontram como casal e depois envelhecem. Desse momento em diante, a hierarquia das gerações costuma ser invertida, já que os filhos podem vir a cuidar de seus pais e a fratria transformar-se no subsistema primário. Nesse sentido, os irmãos e irmãs organizam-se, sendo que conflitos podem aparecer ou reaparecer de maneira repentina, assim como a solidariedade, entretanto, o lugar ocupado no coração dos pais tende a ser mais disputado, coloca a autora. O filho que se sentiu menos reconhecido, pode agora tentar uma aproximação, oferecendo companhia e cuidado, na última tentativa de restabelecer um equilíbrio (VIORST, 1986; MEYNCKENS-FOUREZ, 2000). O lançamento dos filhos, que costuma dar origem ao chamado ninho vazio, pode ser caracterizado como uma fase de depressão para as mulheres, em particular para aquelas que dedicaram toda a sua vida ao lar e à família, destacam Carter e McGoldrick (1995). Contudo, esse fenômeno nem sempre é real, uma vez que muitas mulheres conseguem experimentar uma gratidão pela chance de explorar novas opções e ter de volta seu tempo livre.

Irmãos e irmãs compartilham aquilo que nenhum outro contemporâneo (por mais íntimo que seja) pode compartilhar: os detalhes íntimos e significativos da história da família. Essa partilha, quando se consegue ultrapassar a rivalidade, pode lançar as bases de uma conexão para o resto da vida, uma conexão que nos sustentará depois da morte dos nossos pais, depois que os filhos saírem de casa, depois de um casamento fracassado. Pois, embora irmãos e irmãs compartilhem uma perda - a perda do amor exclusivo da mãe -, essa perda pode nos trazer ganhos imensuráveis (VIORST, 2005 p. 102).

A posição na fratria

Para que se consiga julgar um ser humano, de acordo com Adler (1957), apud Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), é necessário conhecer a situação em que o mesmo se desenvolveu e especialmente, a posição que ocupava no quadro familiar. A posição dos irmãos foi um conceito integrado por Bowen (1978), pelo estudo de Walter Toman, que mostrou que os filhos desenvolvem certas características de personalidade em relação à posição dos irmãos na família. Para Bowen, a soma do conhecimento das características gerais e específicas do sistema é de extrema importância na previsão do papel que o filho exercerá no processo emocional da família e na previsão de padrões familiares da próxima geração. Conforme Sulloway (2000), citado por Sampaio (2007), a ordem do nascimento mostra informações sobre a paridade, ou seja, igualdade dos pais e do sistema de fratrias em que se encontra a criança. O investimento dos pais depende das condições econômicas da família e também da ordem de nascimento de seus filhos. Sendo assim, quando os recursos são escassos, o investimento dos pais pode ser maior em um dos filhos. Shebloski et al. (2005), Hertwig et al. (2002), apud Sampaio (2007), defendem que existe uma pretensão dos progenitores em investir de forma igualitária entre os filhos, já que essa distribuição pode reduzir o risco de extinguir a linhagem familiar. Entretanto, é justamente essa tentativa que costuma gerar a desigualdade do investimento em determinadas situações, visto que quando existem três ou mais crianças na família essa tentativa não se mantém, pois a soma total do investimento será a mesma e precisará ser dividida.

O primogênito

O primogênito costuma garantir de certo modo, e sem sabê-lo, a nova estrutura da família presente e futura. Em tempos antigos, ele ganhava a herança, “o direito da primogenitura” (p. 23), especialmente quando nascia do sexo masculino. Hoje ele ainda é sensível às delegações de poder, ao recebimento dos legados afetivos e, à transmissão dos valores familiares. Acaba sendo “vítima” (p. 23) dos ideais familiares que determinados pais colocarão na fase da adolescência de seu primogênito (BOSZORMENYI NAGY, 1973, MEYNCKENS-FOUREZ, 2000). Sampaio (2008), em concordância com Keller e Zach (2002), observa que o primogênito ganha uma atenção especial, quando comparado aos outros filhos, em relação ao tempo de interação, estimulação, brincadeiras, consistência, indulgência, bem como com o estabelecimento de um diálogo entre pais e filhos. Em geral, o mais velho é mais ligado aos pais que os outros filhos, de acordo com Britto (2002), citado por Goldsmid e Féres-Carneiro (2007). Por mais que não se sinta tão especial, pode possuir o sentimento de

ser mais importante que os outros, em uma posição hierarquicamente superior e com uma maior responsabilidade. Percebe a si mesmo como “plano-piloto” (p.298) da família, como um modelo para os irmãos, que irão imitar as suas vontades, ideias e comportamentos, defendem os autores. É ele que costuma ser o herdeiro da liderança familiar. A cada nova fase da vida, para Meynckens-Fourez (2000), ele será o primeiro a fazer os pais vibrarem, na entrada na creche, na escola, pelas novas ideias que traz para o lar, pela adolescência, e também pela partida para a vida adulta. Ocupa um lugar especial e privilegiado. Contudo, o primogênito sente que seu lugar torna-se pesado de carregar, porém pode ocupar postos de responsabilidade com facilidade. Reage ao nascimento do segundo filho de maneira enérgica, algumas vezes, já que não está acostumado a dividir seus pais. A cada novo nascimento, entretanto, costuma se sentir um pouco mais forte, mais autônomo, e também um pouco mais sozinho. Além disso, o filho mais velho pode ter sua liberdade prejudicada em atividades mais permissivas por parte dos pais, como por exemplo, chegar tarde em casa ou emprestar o carro (HERTWIG et al. 2002, apud SAMPAIO, 2007). O primogênito detém, desse modo, uma posição ímpar, colocam Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), uma vez que com ele o casal vai aprender a ser pai e mãe, o que pode facilitar o caminho para os outros irmãos que vierem.

Não há dúvida de que os pais costumam dar mais atenção e mais valor ao primeiro filho do que aos outros. É também do consenso geral que os pais são menos possessivos, ansiosos e exigentes para com os outros filhos. Assim, os mais novos podem invejar os direitos de primogênito do mais velho. E os mais velhos talvez sintam que os irmãos são tratados com maior indulgência. Em outras palavras, independentemente da posição na família, por ordem de nascimento, a criança pode provar sem nenhuma dúvida que está sendo preterida (VIORST, 2005 p. 98).

O segundo filho

Conforme Meynckens-Fourez (2000), o segundo filho ocupa um lugar específico, visto que poderá ter mais facilidades para escolher com quem quer se identificar ou não: seus pais ou seu irmão mais velho. Costuma se apoiar no primogênito e se forma no contexto dessa ligação, até quando não é bem tratado pelo mesmo. Além disso, pode se sentir perdido na ausência de seu irmão mais velho. A chegada desse filho costuma revelar mais claramente as fronteiras entre os subsistemas parental e fraternal (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000). O segundo filho, para Adler (1957), mencionado por Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), vive em um estado de tensão, luta pela superioridade ao tentar ultrapassar o mais velho. Tende a colocar para si metas muito difíceis de serem alcançadas, o que pode fazê-lo sofrer durante toda a vida. Essa posição dos “do meio” (p.26) costuma ser menos definida ressalta Meynckens-Fourez (2000). O filho do meio pode se sentir à parte na família, já que não é nem o primogênito, nem o caçula e experimentar o sentimento de frustração, sem saber como

voltar a atenção dos pais para si. Contudo, costuma aprender de maneira fácil a negociar, pois está habituado a estar entre dois. No caso de famílias numerosas, observa a autora, podem sofrer dificuldades para se diferenciar e viver seu próprio lugar, bem como uma facilidade no desenvolvimento de uma competência de mediador entre os subgrupos, que são: os maiores, os pequenos, ou os mais velhos dentre os pequenos, os caçulas do grupo dos mais velhos, além de uma preocupação de solidariedade. Fernandes, Alarcão e Raposo (2007) ressaltam que os irmãos do meio possuem papéis pouco definidos dentro da família e podem se tornar mais hostis e experimentar sentimentos de raiva, frustração e amargura como produto das brigas que travam pela sua identidade e conquista de espaço no grupo familiar, como falado anteriormente, além de se mostrarem menos altruístas que os mais velhos. Sampaio (2007) destaca que o conceito de “filho do meio” (p.150), não se restringe somente ao filho do meio, mas sim a todos aqueles que nascerem entre o primeiro e último irmãos.

O filho mais novo

O filho mais novo, de acordo com Adler (1957), mencionado por Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), pode ser considerado como um tipo especial e privilegiado. O fato de, em geral, precisar de mais suporte que seus irmãos maiores por ser o mais novo e o menor de todos, pode trazer consequências. No momento em que uns podem se sentir desafiados a provar que são capazes de conquistar as coisas e animados a superar os demais devido à competição com os irmãos, os outros quando não conseguem sobrepor-se aos mais velhos, podem se tornar medrosos e se esquivarem de seus deveres. O autor constata também, que o caçula pode apresentar sentimentos de inferioridade, contudo o importante é a forma com que o mesmo interpreta e encara a sua situação. Segundo Meynckens-Fourez (2000), o caçula, em geral, ocupa uma posição peculiar no coração de seus pais. No caso dos mesmos não desejarem mais filhos, o caçula fecha as portas e pode se sentir como depositário de um grande sentimento de lealdade em relação à família, em particular no momento em que ocorrem as separações, como: a entrada na escola e a partida para a fase adulta. Costuma se apoiar mais facilmente nos irmãos mais velhos, sem procurar muito se virar sozinho, já que é acostumado a ser protegido e acarinhado pelos maiores, a não ser que apresente rebeldia e ambição, reforçado por modelos recebidos dos mesmos. Para Fernandes, Alarcão e Raposo (2007), os mais novos possuem, assim como os mais velhos, uma posição bem definida na fratria, o que lhes possibilita serem mais frontais e tenderem menos a manipular os outros pelo elogio e pela chantagem, além de serem menos, contestadores, agressivos, competitivos e antagônicos que os demais. Britto (2002), apud Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), define o

caçula como o “filhinho pequenininho da casa” (p. 299), mesmo se já for adulto. As autoras colocam que o filho mais novo possui a capacidade de perpetuar a imagem de frágil, como se ainda fosse um bebê, dependente, carente de cuidado e proteção, mesmo se sua diferença de idade em relação aos outros irmãos for pequena. Explicam tal fato como uma “miopia psicológica” (p.299) dos pais, pois os filhos mais velhos costumam inaugurar as mais variadas experiências que a família vivencia no decorrer de seu desenvolvimento: crescem, ganham autonomia, assumem a própria vida, no momento em que pais e filhos devem aprender a lidar com o desapego. Assim, essa infantilização do filho caçula pode mostrar uma necessidade dos pais de reterem o filho e dessa forma, poderem continuar a cuidar e proteger o mesmo. Podem também, evitar ou adiar a sua saída de casa para o mundo, além de impedirem seu amadurecimento.

[...] Em sua infância, ele terá sido, sem dúvida, o “peixinho” dos pais, que já haviam adquirido a experiência de seu papel, muitas vezes em detrimento da relação conjugal. Portanto, nem sempre será fácil para ele deixar o “ninho”, nem para os pais negociarem uma nova relação de casal ou sua partida (TILMANS-OSTYIN E MEYNCKENS-FOUREZ, 2000 p. 26).

O filho único

O filho único, de acordo com Meynckens-Fourez (2000), não possui a experiência da relação fraterna. Em geral, possui os pais somente para si e costuma se sentir valorizado nessa posição. É ele também, o único receptáculo das expectativas parentais e quem receberá toda a herança, então as delegações transgeracionais podem pesar para ele. Além disso, não possui a oportunidade de aprender a negociar ou de brigar com irmãos e irmãs e, no momento em que seus pais tiverem problemas de saúde, ou outros, precisará lidar sozinho com as questões que aparecerem, sem poder se apoiar em um irmão ou irmã, nem se zangar com eles. Fernandes, Alarcão e Raposo (2007) descrevem os filhos únicos como menos amáveis do que os mais velhos e os mais novos. Uma vez que viveram em um contexto de exclusividade dentro da família, e de, por consequência, terem experimentado menos oportunidades de se inter-relacionar com os pares, costumam se mostrar menos complacentes, do que aqueles que tiveram irmãos. Para os autores, isso pode ser traduzido em uma menor capacidade de partilhar e aceitar a opinião dos outros. O filho único vivencia o medo de perder seu lugar privilegiado e ora deseja, ora não, ter um irmão ou irmã mais nova (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000). A autora concorda que o mesmo estará menos preparado para o contato com seus pares, visto que vive de uma maneira mais dolorosa a necessidade de dividir a professora com os outros alunos, por exemplo. Contudo, costuma saber muito bem, às vezes melhor que os outros, como lidar com os adultos e impor sua vontade aos mesmos. Brincadeiras com

outras crianças de “pequeno chefe” (p. 27) são comuns, pontua Meynckens-Fourez (2000), sendo que pode assumir de forma mais árdua as rivalidades ou frustrações. Ao citar Toman (1976), a autora pontua que a posição fraterna em que está situado o progenitor do mesmo sexo pode influenciar suas atitudes, visto que o filho único terá uma tendência a identificar-se com ele e, dependendo da sua posição, pode vir a se comportar como o caçula, o primogênito, ou como um “superfilho único” (p. 27).

Os filhos gêmeos

Uma situação particular são os gêmeos. Quando são idênticos, costumam ser muito unidos um ao outro. Podem resistir ao controle dos outros, manipulá-los e agir em sintonia (TOMAN, 1976, apud MEYNCKENS-FOUREZ, 2000). Fernandes Alarcão e Raposo (2007), ao fazerem uma síntese da teoria de Adler apresentada por Stein (2006), afirmam que no caso de gêmeos, um deles pode se tornar mais forte ou ativo, sendo que os pais podem enxergar um deles como o mais velho. Além disso, ressaltam que os mesmos podem sofrer problemas de identidade e o mais forte pode se tornar o líder. Meynckens-Fourez (2000) destaca que os gêmeos costumam formar um “bloco” (p.27) e podem procurar em comum seus amigos e até seus cônjuges. Por outro lado, determinados gêmeos podem viver a situação psicológica do “dominante-dominado” (p.27) e ter as suas diferenças interpessoais aumentadas e até mesmo intensificadas. Para Carter e McGoldrick (1995), do ponto de vista da criança, a companhia perfeita seria um gêmeo idêntico, entretanto, para os pais, o nascimento de gêmeos costuma ser muito mais estressante, devido às tarefas adicionais envolvidas. Portanto, os gêmeos podem vir a ser um desafio maior à resistência física e emocional dos pais, e também ao relacionamento do casal.

Situações especiais

No momento em que uma criança nasce depois de uma irmã ou irmão falecido, seu desenvolvimento pode estar em sério risco (TILMANS-OSTYN, 2000). Essa criança precisa construir sua identidade de maneira particular, sendo que toda vez que os pais revivem a perda, obrigam-na a se diferenciar de alguém de quem só possui imagens idealizadas ou simplesmente não as tem. Seguindo esse enfoque, Fernandes, Alarcão e Raposo (2007), ao mencionarem Stein (2006), sugerem que a criança que nasce após a morte do primeiro filho costuma ter um “fantasma” (p.299) à sua frente e uma mãe superprotetora. Essa criança pode protestar e apresentar rebeldia quando experimentar ser comparada a uma memória idealizada.

Outro caso especial seria quando existe uma criança dentro da fratria portadora de necessidades especiais, pois as regras do “jogo” (p.182) são diferentes, afirma Meynckens-Fourez (2000). As emoções negativas, como a agressividade, costumam ser menos permitidas. Os pais, até mesmo sem perceberem, só reconhecem os méritos e fornecem carinho e atenção ao filho com dificuldades por acreditarem que os outros não estejam dando o melhor de si, ou que simplesmente não precisem por, supostamente, serem mais fortes. A autora pontua que determinados membros dessa fratria podem vir a ocupar uma posição mais ativa e assumir um papel parental, o que costuma dificultar seu desenvolvimento, já outros podem tentar atrair os olhares da família para si apresentando problemas de conduta. O objetivo maior nesses casos é, em geral, a luta para alcançar o melhor lugar, a fim de receber maior reconhecimento e atenção por parte de seus pais. A criança portadora de necessidades especiais, por sua vez, pode adquirir um “*status* de centro do mundo” (p.185) e despertar o ciúme nos outros, além de intensificar seus pedidos. Tende a se isolar do restante da família e se afastar de seus irmãos, sendo que pode acabar sendo privada de viver experiências espontâneas por seus pais (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000).

Michalski e Shackelford (2001), citados por Sampaio (2007), observam que a análise da ordem de nascimento no modelo intrafamiliar não consegue absorver outras variáveis importantes, como a mudança na dinâmica da família ao longo dos tempos, principalmente sob o ponto de vista econômico, ou até mesmo da própria mudança no comportamento dos pais, que podem adquirir mais calma e experiência com o nascimento dos demais filhos. Além disso, Goldsmid e Féres-Carneiro (2007) colocam que a posição que um filho ocupa na fratria não deve ser considerada como responsável principal pelo seu desenvolvimento, já que outros fatores podem influenciar, tais como: as expectativas dos pais em relação a ele, a maneira como traduzirá os mandatos materno/paterno, ou a forma como receberá e transformará a herança psíquica transmitida pelos seus pais. Outras pessoas também serão importantes em seu processo identificatório, como seus avós, tios e outros, que poderão se fazer presentes para um filho e não para outro. Desse modo, Fernandes, Alarcão e Raposo (2007) ressaltam que, embora importante, a posição na fratria não é tudo. Necessita-se, desse modo, de uma visão mais ampla da complexidade dos fenômenos relacionais ao estudar esse aspecto.

DISCUSSÃO

Diante da toda temática exposta no trabalho, torna-se imprescindível destacar a importância da visão sistêmica ao se trabalhar a complexidade do sistema familiar, a fim de que se possa compreender a realidade como um processo que abrange todas as partes envolvidas em uma interação constante, além das responsabilidades compartilhadas para a construção do todo. O atendimento junto à família possibilita não só ampliar a sua percepção dos problemas, mas também identificar seus próprios recursos para auxiliar no desenvolvimento dos indivíduos e melhorar as relações familiares (OLIVEIRA, 2006).

O subsistema fraterno possui sua própria estruturação com papéis diferentes para irmãos adolescentes e irmãos que ainda estão na idade escolar ou pré-escolar, com muitas questões que podem ser resolvidas dentro do próprio subsistema dos irmãos. Sendo assim, o psicólogo familiar pode ser ativo ao buscar alternativas técnicas que possam apresentar novas experiências à família, que tende a procurar tratamento quando já não consegue encontrar suas próprias alternativas para mudança. Além disso, possui um grande poder preventivo, visto que quando se atende um irmão pode-se trabalhar também os demais e evitar o surgimento de problemas futuros durante o ciclo de vida do indivíduo.

Uma vez que a abordagem sistêmica estuda de modo particular as interações, mostra que a criança não se identifica somente com as pessoas, mas também interioriza os esquemas e as histórias relacionais que vive no seu cotidiano. Assim, a mesma pode vir a reproduzir as mesmas formas de relação dos indivíduos que observou em seu entorno (MEYNCKENS-FOUREZ, 2000). As relações fraternas configuram também uma aprendizagem essencial para a conjugalidade, pois os esquemas relacionais entre irmãos e irmãs acabam por se repetir, posteriormente, na vida conjugal. A terapia com o casal, nesse sentido, pode auxiliar ao permitir que se fale a respeito das relações fraternas, ao favorecer a expressão das vivências entre irmãos e irmãs, bem como no desenvolvimento das relações fraternas entre os adultos. Desse modo, o psicólogo pode auxiliar na superação dos conflitos e a avançar para um amadurecimento e uma evolução positiva dos vínculos fraternos (TILMANS-OSTYN, 2000).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com Chaves (2006), faz-se preciso pensar a família sistematicamente, a fim de compreender o seu funcionamento. Toda experiência familiar é única, já que existem inúmeras variáveis como o tamanho da família e a sua condição social. Pouco se tem estudado sobre a parentalidade, sobre as relações entre pais e filhos e sobre as relações entre irmãos durante o ciclo de vida familiar, o que torna difícil o entendimento do desenvolvimento normal da família. Na literatura, costuma se encontrar mais exemplos de inimizade, ciúme, ódio, competição e rivalidade, do que exemplos de amizade e solidariedade entre os irmãos. Uma vez que vivenciaram juntos sentimentos e conflitos, no decorrer de sua vida na intimidade da família, em geral, os irmãos têm, de acordo com Goldsmid e Féres-Carneiro (2007), um conhecimento recíproco consciente e também inconsciente, do funcionamento psíquico uns dos outros.

Sendo assim, podem responder às angústias um do outro, mostrar empatia, funcionar como fonte de apoio e afeto, proporcionar momentos de companheirismo, além de conseguir antecipar os sentimentos de seu irmão, visto que, geralmente, têm uma profunda percepção e conhecimento do outro. O fato de se ter irmãos pode auxiliar ainda, no desenvolvimento da compreensão dos pensamentos e sentimentos dos outros indivíduos.

Os irmãos costumam passar por períodos de maior disputa e rivalidade e, posteriormente, ao avançar em idade emocional e cognitiva, retomam o afeto e a cooperação (PEREIRA 2011). Com relação a essas situações em que a rivalidade está presente, a forma de intervenção dos pais é crucial, já que pode contribuir para a qualidade da relação, não intensificando os conflitos, perante a ausência de julgamentos e de protecionismo com relação a um dos filhos. Os pais precisam incentivar negociações e contribuir para a busca de soluções igualitárias e viáveis (OLIVEIRA, 2006). Portanto, ao promover um bom relacionamento entre os irmãos, acabam por incentivar o desenvolvimento moral e social do indivíduo.

O filho mais velho costuma ter mais atenção e interação com seus pais antes do nascimento do segundo filho, assim como o nascimento do segundo filho pode causar um impacto maior na família do que o nascimento dos demais irmãos. Contudo, outros fatores, além da ordem de nascimento costumam influenciar o relacionamento dentro da fratria como:

a interação entre os pais e os filhos, circunstâncias familiares e sociais, as características próprias de personalidade de cada filho, além dos sentimentos que possuem um pelo outro.

O vínculo fraterno não se configura como derivado somente do vínculo com os pais, mas tem também vida própria, de acordo com Eguier (2001, apud Goldsmid e Féres-Carneiro (2007). Pode auxiliar na transmissão de cultura e conhecimento e, se existem afinidades, os irmãos conseguem amenizar o fardo das obrigações, sendo que os irmãos mais velhos podem apontar o norte para os pequenos. Pode contribuir para a atmosfera de intimidade, bem como para manutenção da unidade da família no sentido de continuidade dos vínculos. Sendo assim, os papéis fraternos podem se centrar também, para Oliveira (2006), na expectativa de que consigam preservar a unidade de sua família de origem:

[...] É a possibilidade de remeter a si mesmo e à sua família de origem por meio da memória construída de forma compartilhada com o irmão, a qual pode ser “revisitada” a qualquer momento do ciclo de vida, o que proporciona um senso de identidade pessoal, o fenômeno central que impulsiona o processo de manutenção do vínculo fraterno ao longo da vida das pessoas (p. 79).

Ademais, ressalta-se que o relacionamento fraterno é, em geral, o mais duradouro de todos os relacionamentos e costuma influenciar e ser influenciado por outras relações que a criança vivencia na família e nos demais contextos como: o social, o escolar e o das amizades. Além de poder contribuir para o desenvolvimento global do indivíduo, pode prepará-lo também para a vida em sociedade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDOLFI, M. et al. **Por trás da máscara familiar** (M. C. R. Goulart, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

BRUN, G. **Pais, filhos & Cia. Ilimitada**. Rio de Janeiro: Record, 1999.

CARTER, B. & MCGOLDRICK, M. **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar: Uma estrutura para a terapia familiar** (segunda edição). (M. A. V. Veronese, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CERVENY, C. M. de O. Família e filhos no divórcio. In: CERVENY, C. M. de O. (org). **Família e... Narrativas, Gênero, Parentalidade, Irmãos, Filhos nos divórcios, Genealogia, História, Estrutura, Violência, Intervenção Sistêmica, Rede social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 83-95.

CHAVES, U. H. Família e parentalidade. In: CERVENY, C. M. de O. (org). **Família e... Narrativas, Gênero, Parentalidade, Irmãos, Filhos nos divórcios, Genealogia, História, Estrutura, Violência, Intervenção Sistêmica, Rede social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 47-62.

DERBY, M. A experiência fraterna e a psicanálise: da dimensão narcisista à objetal. In: TILMANS-OSTYN, E. & MEYNCKENS-FOUREZ, M. (Orgs.). **Os recursos da fratria** (C. A. Molina-Loza & A. M. Prates, Trad.). Belo Horizonte: Artesã, 2000. p. 233-244.

FERNANDES, O. M., ALARCÃO, M., RAPOSO J. V. **Posição na fratria e personalidade**. Estudos de Psicologia, Campinas, 2007.

GOLDSMID, R. & FÉRES-CARNEIRO, T. **A função fraterna e as vicissitudes de ter e ser um irmão**. Psicologia em Revista, Belo Horizonte, 2007.

MALDONADO, M. T. **Psicologia da gravidez: parto e puerpério**. 17 ed. São Paulo: Saraiva, 2005.

MEYNCKENS-FOUREZ, M. A fratria, o ponto de vista eco-sistêmico. In: TILMANS-OSTYN, E. & MEYNCKENS-FOUREZ, M. (Orgs.). **Os recursos da fratria** (C. A. Molina-Loza & A. M. Prates, Trad.). Belo Horizonte: Artesã, 2000. p. 19-53.

MEYNCKENS-FOUREZ, M. Quando um dos membros da fratria está em desvantagem. In: TILMANS-OSTYN, E. & MEYNCKENS-FOUREZ, M. (Orgs.). **Os recursos da fratria** (C. A. Molina-Loza & A. M. Prates, Trad.). Belo Horizonte: Artesã, 2000. p. 181-198.

MINUCHIN, S. **Famílias: Funcionamento e tratamento** (J. A. Cunha, Trad.). Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

OLIVEIRA, A. L. de. **“Irmãos, meio-irmãos e co-irmãos”:** A Dinâmica das **Relações Fraternas no Recasamento**. 2005. 333 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Doutorado: Psicologia Clínica, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo. 2005.

OLIVEIRA, A. L. de. Família e irmãos. In: CERVENY, C. M. de O. (org). **Família e... Narrativas, Gênero, Parentalidade, Irmãos, Filhos nos divórcios, Genealogia, História, Estrutura, Violência, Intervenção Sistêmica, Rede social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 63-81.

OLIVEIRA, S. M. de. Família e intervenções sistêmicas. In: CERVENY, C. M. de O. (org). **Família e... Narrativas, Gênero, Parentalidade, Irmãos, Filhos nos divórcios, Genealogia, História, Estrutura, Violência, Intervenção Sistêmica, Rede social**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2006. p. 221-231.

PEREIRA, C. R. R. **Rivalidade fraterna na perspectiva dos progenitores: da gestação ao segundo ano de vida do segundo filho**. 2011. 267 f. Tese (Doutorado em Psicologia). Instituto de Psicologia, Programa de Pós-Graduação em Psicologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. 2011.

PEREIRA, C. R. R. & PICCININI, C. A. **O impacto da gestação do segundo filho na dinâmica familiar**. Estudos de Psicologia, Campinas, 2007.

RIVOREDO, C. R. S. F. de. **Cuidar e tratar de crianças: Breve história de uma prática**. São Paulo: Cabral, 1995.

SAMPAIO, I. T. A. **Práticas educativas parentais, gênero e ordem de nascimento dos filhos: atualização**. Revista Brasileira de Crescimento e Desenvolvimento Humano. São Paulo, 2007.

SILVEIRA, P. **Exercício da paternidade**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1998.

SIMÉON, M. Em que se transformaram as fratrias depois das separações e recomposições? In: TILMANS-OSTYN, E. & MEYNCKENS-FOUREZ, M. (Orgs.). **Os recursos da fratria** (C. A. Molina-Loza & A. M. Prates, Trad.). Belo Horizonte: Artesã, 2000. p. 135-162.

SOUZA, R. P. de. **Os filhos no contexto familiar e social**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1989.

TILMANS-OSTYN, E. Os adultos e sua fratria. In: TILMANS-OSTYN, E. & MEYNCKENS-FOUREZ, M. (Orgs.). **Os recursos da fratria** (C. A. Molina-Loza & A. M. Prates, Trad.). Belo Horizonte: Artesã, 2000. p. 103-117.

VERNY, T. R. & WEINTRAUB, P. **Bebês do Amanhã – Arte e Ciência de Ser Pais**. São Paulo: Millenium, 2004.

VIORST, J. **Perdas Necessárias**. São Paulo: Melhoramentos, 2005.